

02 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Aumento de juízes pode levar Dilma a rever Orçamento

**Pacote eleva teto do funcionalismo para R\$ 30,6 mil e inclui reajuste salarial de até 56% para os servidores**

Uma revolta dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que culminou em ameaças até de mandado de segurança contra a presidente Dilma Rousseff, levou o governo a rever a proposta orçamentária para 2012 e estudar reajuste ao Judiciário.

O pacote pode elevar o teto do funcionalismo para R\$ 30,6 mil e inclui aumento de até 56%. A equipe econômica considera a demanda do Judiciário impraticável, por onerar os cofres públicos e provocar efeito cascata em outras categorias.

Ministros foram ao presidente do STF, Cezar Peluso, tentar um acordo. "O que está em jogo é o princípio que implica equilíbrio, que se faz ao mundo jurídico para que não haja supremacia de poderes", disse Marco Aurélio Mello.

02 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Revolta do Supremo deve forçar Dilma a refazer Orçamento

Pacote inclui reajustes de até 56% para os funcionários e pode elevar o teto do funcionalismo para R\$ 30,6 mil

**Na véspera do envio da proposta orçamentária, quatro ministros foram ao presidente do STF para negociar acordo**

A revolta dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que culminou em ameaças até de mandado de segurança contra Dilma Rousseff, levou ontem o governo a rever a proposta orçamentária para 2012 e a estudar a inclusão de uma previsão de aumento salarial para o Judiciário.

O pacote pode elevar o teto do funcionalismo para R\$ 30,6 mil e inclui reajustes de até 56% para os servidores.

Diante do risco de crise institucional, ministros enviados pela Presidência admitiram enviar ao Congresso um adendo ao Orçamento de 2012 com a nova despesa, mas sem compromisso de que a base governista trabalhará para aprová-lo.

A equipe econômica de Dilma considera a demanda do Judiciário impraticável por três razões: onera os cofres públicos, provoca efeito cascata em outras categorias e aumenta a pressão de outros servidores não contemplados no Orçamento para que sejam incluídos.

O discurso do governo é de que não pode ferir o controle de gastos públicos. No início da semana, o Ministério da

Fazenda ampliou em R\$ 10 bilhões a meta de superavit primário do ano, o que serviu de pretexto para que o Banco Central reduzisse em meio ponto percentual a taxa básica de juros para 12% ao ano.

Apesar da disposição fiscalista, Dilma já havia concordado em apoiar reajuste de 5% aos magistrados para este ano. O índice é muito abaixo do reivindicado pelo Judiciário (14,79%).

As previsões de reajustes salariais do Ministério Público Federal também foram originalmente excluídas da peça orçamentária, o que irritou o procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

Em reunião reservada com ministros do STF, Gurgel chegou a afirmar que entraria no tribunal com um mandado de segurança contra a Presidência. Foi aconselhado a não fazê-lo até que esgotadas as negociações.

Na terça-feira, véspera do envio da proposta orçamentária de 2012, quatro ministros foram ao presidente do Supremo, Cezar Peluso, para tentar promover um acordo.

Por determinação de Dilma, estiverem presentes ao encontro Guido Mantega (Fazenda), Miriam Belchior (Planejamento), Luís Inácio Adams (AGU) e José Eduardo Cardozo (Justiça).

Após o encontro, duas versões passaram a circular. Na primeira, integrantes do STF afirmam que foi dada a sinalização de que o Executivo trabalharia para aprovar em dezembro o aumento de 14,79%. Na outra, de que o Planalto havia se comprometido no apoio aos 5%.

Só no dia seguinte, ao fazer um pente fino na proposta, o tribunal se deu conta de que não fora contemplado.

Ministros do STF alegam que o Executivo é obrigado a encaminhar sua proposta ao Congresso, mesmo não concordando com seu teor.

Irritados, os ministros da chegaram a classificar o gesto do governo como "ofensa gratuita". Pensaram em mandar uma nota à Presidência, mas voltaram a trás.

Decidiram que o presidente Cezar Peluso ligaria para o advogado-geral da União e o ministro da Justiça para resolver o impasse. A reunião foi realizada na noite de ontem, também com a presença da ministra do Planejamento. Peluso pediu retificação da proposta orçamentária.

Questionado, Peluso minimizou a controvérsia: "Parece que houve um pequeno equívoco, que o Executivo vai retificar sem dúvida".

**CONTINUA**

02 SET 2011

1

**APOSENTADORIAS**

Congresso ameaça extinguir o fator previdenciário— um mecanismo que reduz os valores recebidos por quem se aposenta mais cedo e gera uma economia anual de R\$ 2,6 bilhões para o governo

Previsão de custo  
**R\$ 2,6 bilhões\***

2

**JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO**

Há outros projetos em tramitação no Congresso que preveem mudança no plano de carreiras de servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público

Previsão de custo  
**R\$ 8 bilhões**

3

**SALÁRIO MÍNIMO**

A proposta de Orçamento para 2012 apresentada ao Congresso prevê reajuste de 13,6%, o que fará crescer os gastos

Previsão de custo  
**R\$ 13 bilhões**

4

**SALÁRIOS DE POLICIAIS**

Uma proposta de emenda constitucional, a PEC 300, fixa um piso nacional para os salários dos policiais, hoje diferentes em cada Estado

Previsão de custo  
**Até R\$ 30 bilhões**

5

**REGULAMENTAÇÃO DA EMENDA 29**

Constituição fixa um mínimo para a administração pública investir em saúde, mas não define quais ações podem ser computadas como gasto na área. Projeto que define essas ações deve elevar os gastos públicos

6

**REAJUSTE AOS APOSENTADOS**

Embora Dilma tenha vetado emenda que reajustava aposentadorias além da inflação, a Previdência Social diz que o aumento real ainda não está completamente descartado

\$

**SOB PRESSÃO**

Após prometer conter seus gastos, governo decide dar aumento para juízes

**A PROMESSA**

Equipe econômica defende austeridade fiscal e promete frear a expansão das despesas do governo em 2012

**A PRESSÃO**

Sob pressão do Judiciário, que pede um aumento salarial para os ministros do STF, o governo estuda incluir previsão de aumento para servidores no Orçamento

**O TEMOR**

A concessão pode aumentar a pressão de outros setores por novos gastos

02 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### A importância do CNJ

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Quando da discussão da emenda constitucional nº 45/2004, antes da formulação do anteprojeto e durante a sua tramitação no Congresso, combati o denominado controle externo da magistratura, em artigos, inclusive para a **Folha**, e em audiência pública para a qual fui convidado pelo então presidente da Comissão de Constituição e Justiça, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

A emenda constitucional nº 45/2004, todavia, não estabeleceu um controle externo da magistratura, mas sim um controle interno mais eficiente (com nove magistrados e com a colaboração de quatro membros da OAB e Ministério Público, e apenas dois representantes do Congresso Nacional).

À evidência, a solução foi inteligente, tendo me colocado, de imediato, a defender tal poder correcional, que poderia agir originária, concorrente e simultaneamente às corregedorias ou conselhos de cada tribunal.

Aliás, o artigo 103-B, parágrafo 4º, inciso III da Constituição declara que a sociedade pode reclamar diretamente ao CNJ “contra membros ou órgãos do Poder Judiciário”, neles incluídos serviços auxiliares, e o inciso V, que cabe ao CNJ

O atual movimento que se engendra para enfraquecer as funções do Conselho Nacional de Justiça pode deixá-lo à mercê dos tribunais locais

“rever de ofício ou mediante provocação os processos disciplinares de juízes e membros dos tribunais julgados há mais de um ano”.

A experiência dos primeiros anos, sob a presidência dos ministros Nelson Jobim, Ellen Gracie e Gilmar Mendes, foi excelente, agindo o CNJ rigorosamente de acordo com a interpretação que dou aos dois incisos.

Ocorreu, portanto, nos cinco primeiros anos de sua atuação, um desventrar de realidades que o povo desconhecia, demonstrando o CNJ que se, como disse a ministra Ellen Gracie em recente entrevista, o Poder Judiciário é o menos corrupto dos três Poderes, a corrupção também nele existe, com inúmeras condenações, aposentadorias compulsórias e afastamento de magistrados.

Sem saudosismos, estou convencido de que a imagem do Poder Judiciário de hoje não se aproxima àquela do período em que comecei

a advogar, quando os magistrados falavam exclusivamente nos autos e eram raros os casos de corrupção.

Mesmo assim, concordo com a ministra Ellen Gracie que é o menos corrupto dos poderes, para isto tendo concorrido o CNJ, nas questões mencionadas, por exercer um trabalho purificador, destacando-se nele, atualmente, a figura severa, mas justa, da ministra Eliana Calmon, corregedora do conselho.

Há em curso, todavia, um movimento para enfraquecer as funções do CNJ, entendendo que o órgão deveria examinar o comportamento ético dos magistrados apenas após pronunciamento de órgãos disciplinadores dos tribunais, o que, de certa forma, desfiguraria a instituição, pois ficaria à mercê dos tribunais locais, exatamente contra cuja inércia foi criado o CNJ. Em outras palavras, a emenda constitucional nº 45/2004 perderia todo o seu significado.

Ou pode o CNJ originária e/ou concorrentemente examinar processos de condutas dos magistrados, ou a sua manutenção perderia sentido.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 76, advogado, professor emérito da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra, é presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio.



02 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

**A explicar** A corregedora do CNJ, Eliana Calmon, instaurou procedimento administrativo para apurar a conduta do desembargador Luiz Zveiter, que, quando presidente do TJ-RJ, teria ignorado pedido de escolta da juíza Patrícia Acioli, assassinada em 11 de agosto. Zveiter, que nega ter rejeitado o apelo, hoje dirige o TRE.

02 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

## Jovens no crime

Anteontem, um garoto de 11 anos foi condenado a 18 meses de medidas socioeducativas por participar dos distúrbios em Londres, no mês passado. “Você parece pensar que ninguém pode parar o modo como você se comporta”, disse o juiz, ao proferir a sentença.

No Brasil, a realidade é outra. Um grupo de sete crianças, duas de 12 anos e as outras com menos que isso, depredaram o Conselho Tutelar da Vila Mariana, em São Paulo. Os dois maiores de 12 anos acabaram internados na Fundação Casa, mas os outros cinco foram levados a um abrigo — três deles fugiram em seguida.

Foi o episódio mais grave da série de ofensas protagonizadas por grupos de infratores jovens, a exemplo da “gangue das meninas”, em bairros valorizados da capital, como Vila Mariana.

Esses casos atizam, outra vez, o debate sobre o que críticos consideram uma excessiva leniência do Estatuto da Criança e do Adolescente, que proíbe qualquer medida privativa de liberdade para menores de 12 anos.

Não é a primeira vez, decerto, que o ECA fica sob fogo cruzado. O clamor por medidas mais duras ocorreu, por exemplo, na esteira das barbaridades cometidas, em 2004, por um adolescente contra um jovem casal em São Paulo e, mais recentemente, após o assassinato do menino João Hélio, no Rio — menores faziam parte do bando que arrastou o garoto.

O ECA deveria, de fato, ser modificado para adaptar-se a uma realidade em que adolescentes cometem crimes hediondos. Uma das medidas necessárias é aumentar o tempo máximo de internação, hoje de três anos, para dez, em crimes como homicídio.

A atual onda de pequenos crimes cometidos por crianças menores de 12 anos, entretanto, não demanda mudanças no ECA.

Nesse caso, a efetiva aplicação do diploma bastaria. O estatuto prevê acompanhamento de especialistas, matrícula e frequência obrigatórias em escola e inclusão em programas de apoio tanto aos jovens quanto às famílias — feixe de medidas que não tem sido colocado em prática a contento.

02 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### TCE do Paraná adota programa para população fiscalizar gastos

**DE CURITIBA** - O Tribunal de Contas do Paraná adotou nesta semana um programa pioneiro de fiscalização de gastos públicos pela população.

O Plano Anual de Fiscalização Social será aplicado às contas das prefeituras e vai funcionar em parceria com universidades, observatórios sociais e entidades de classe.

“Queremos dividir a responsabilidade com a sociedade”, afirma o presidente do TCE-PR, Fernando Guimarães.

O tribunal pagará bolsas a até 300 professores e estudantes das nove universidades parceiras, que vão coordenar os trabalhos. Neste primeiro ano, as auditorias ficarão centradas em programas de trans-

porte escolar, gestão do lixo e aquisição de medicamentos, num número de municípios ainda a ser definido.

Em Ponta Grossa (113 km de Curitiba), por exemplo, a Universidade Estadual vai fiscalizar a aquisição de medicamentos pela prefeitura.

Os temas mudarão ano a ano, conforme as sugestões da população. Em algumas cidades, as universidades produzirão indicadores de qualidade das políticas públicas.

Os relatórios da fiscalização serão encaminhados ao TCE, onde serão apreciados e podem gerar medidas de recomendação ou sanção, tal como os relatórios feitos pelos próprios técnicos do tribunal.

02 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça condena a TAM a pagar R\$ 25 mil para idosa 'esquecida'

**DE CUIABÁ** - A Justiça de Mato Grosso do Sul negou recurso à TAM e manteve a sentença que condenou a companhia a pagar R\$ 25 mil de indenização a uma idosa que foi "esquecida" em uma sala VIP no aeroporto de Guarulhos (Grande SP).

Com dificuldades de locomoção por conta de uma cirurgia, Elza Gonçalves Dória Pas-

sos, então com 81 anos, aguardava em uma cadeira de rodas que funcionários da empresa viessem buscá-la para o embarque, o que nunca ocorreu. O episódio ocorreu em maio de 2010. Elza tinha como destino a Itália.

Em nota, a TAM disse que só se manifestará sobre o caso à Justiça. Ainda cabe recurso.

### Julgamento do ex-seminarista Gil Rugai é marcado para dezembro

**DO "AGORA"** - A Justiça marcou para o dia 12 de dezembro o julgamento do estudante e ex-seminarista Gil Rugai, 28. Ele é acusado de matar a tiros o pai Luiz Carlos Rugai, 40, e a madrasta Alessandra de Fátima Trotino, 33.

O crime aconteceu em 28 de março de 2004, na residência do casal, em Perdizes (zona

oeste de SP).

O julgamento será presidido pelo juiz Emanuel Brandão Filho. Sete jurados decidirão se ele será condenado. A acusação será feita pelo promotor Rogério Zagallo. A sessão acontecerá no fórum da Barra Funda (zona oeste). Rugai, que está em liberdade, não foi localizado pela reportagem.

### Ex-alunos que criaram o 'rodeio das gordas' vão pagar indenização

**DE SÃO PAULO** - Dois ex-estudantes da Unesp (Universidade Estadual Paulista) assinaram anteontem um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público do Estado.

Elês se comprometeram a fazer doações para três instituições por promover na internet uma "competição" que foi batizada de "rodeio de gordas".

Somadas, as indenizações chegam a R\$ 21,8 mil. A agressão, revelada pela **Folha**, consistia em agarrar alunas obesas e tentar simular um rodeio - ficando o maior tempo possível em cima da garota.

Os atos ocorreram durante jogos universitários da Unesp, em outubro passado, em Araquara (273 km de SP).



# FOLHA DE S. PAULO

**Cresce o  
número de  
internos de  
até 14 anos**

**02 SET 2011**

**Antiga Febem registra  
aumento de 18%**

O número de adolescentes infratores com idade entre 12 e 14 anos internados na Fundação Casa (antiga Febem) cresceu 18% de agosto do ano passado para cá, segundo dados oficiais.

Em um ano, a população de menores dessa faixa etária que cumprem medida socioeducativa em unidades de internação da Fundação Casa saltou de 484 para 572. Nesse período, o total de jovens infratores internados no Estado subiu de 7.058 para 8.220, um salto de 16%.

A maioria dos adolescentes de 12 a 14 anos internados se envolveram em atos infracionais sob a suspeita de tráfico de drogas, roubo qualificado e furto.

Para o presidente da Comissão Infantojuvenil da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ricardo de Moraes Cavezon, o aspecto familiar é um dos principais fatores que contribuem para o envolvimento de adolescentes com o crime. "Muitos desses jovens estão em situação de abandono. Deveriam estar na escola, mas não estão."

Segundo Cavezon, a repercussão de episódios como os arrastões cometidos por meninas na Vila Marina (zona sul) influi no aumento de internações.

Na Fundação Casa, os jovens de 12 a 14 anos fazem as mesmas tarefas dos internos mais velhos, o que inclui, por exemplo, aulas regulares e de iniciação profissional.

Jorge (nome fictício), 14, foi detido em fevereiro após uma tentativa de roubo a carro. Na ocasião, um outro adolescente que estava com ele foi morto por PMs. "Ele morreu nos meus braços. Me arrependo do que fiz."

**“Muitos desses  
jovens estão em  
situação de  
abandono. Deveriam  
estar na escola, mas  
não estão**

**RICARDO DE MORAES CAVEZON,**  
presidente da Comissão Infantojuvenil da OAB-SP

02 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

# Tempo de serviço vai influir na definição de aposentadorias em SP

Modelo apresentado por Alckmin prevê valor maior para quem trabalhar mais tempo

DANIELA LIMA  
DE SÃO PAULO

O tempo de contribuição do servidor público de São Paulo será determinante para garantir que sua aposentadoria seja equivalente ao salário no fim da carreira.

A proposta que muda o regime de aposentadoria dos funcionários públicos e cria um sistema de previdência complementar no Estado resultará em uma aposentadoria mais alta para quem ficar mais tempo no serviço.

O modelo foi apresentado ontem pelo governador Geraldo Alckmin e enviado à Assembleia Legislativa.

Em entrevista à **Folha**, o presidente da SPPrevi, Carlos Henrique Flory, entidade que gere as aposentadorias e pensões de servidores, chamou de "muito justo" o novo modelo: "Por que uma pessoa que contribui menos tempo deve ter o mesmo benefício de quem contribuiu mais?", disse.

A proposta só mudará a aposentadoria dos que ingressarem na administração pública após a lei entrar em vigor. Hoje, o funcionário contribui com 11% do valor bruto de seu salário e recebe ao final da carreira, em geral, aposentadoria no valor do salário integral.

Pelo novo modelo, o desconto mensal de 11% será calculado sobre o teto do INSS, de R\$ 3.961,74. Esse se-

rá o limite da aposentadoria garantida pelo governo.

Servidores que quiserem um benefício superior aos R\$ 3.961,74 terão de contribuir para um fundo de previdência complementar, o SPPrevicom. Essa contribuição incidirá apenas sobre a remuneração que exceder o teto do INSS.

"Hoje, o servidor que ganha R\$ 5.000, por exemplo, contribui com R\$ 550 [11% do salário bruto]. No futuro, ele contribuirá com 11% até o teto do INSS, o que dará cerca de R\$ 406, e mais 7,5% sobre o valor excedente [R\$ 1.308,26], ou cerca de R\$ 97. Somando, dá R\$ 503 de contribuição", explica Flory.

Segundo ele, na maioria dos casos, 7,5% de contribuição complementar são suficientes para equiparar a aposentadoria ao último salário.

Ao fim, a contribuição individual será menor no novo modelo para todas as categorias dos três Poderes.

Ainda assim, Flory garante que a mudança será determinante para o equilíbrio das contas da Previdência estadual, hoje com um déficit de R\$ 13 bilhões ao ano.

"No futuro, o Estado somente será responsável pelo pagamento de aposentadorias e pensões até o valor estipulado pelo teto do INSS, não sofrendo impactos previdenciários a cada aumento de vencimentos dos servidores", afirmou.

# METRO

**Corrupção como crime hediondo**

## Lei que torna corrupção crime hediondo tem apoio de 424 mil

02 SET 2011

Enquete sobre proposta no Senado tem participação recorde Proposta aumenta penas e prevê multa maior

O projeto de lei que transforma os delitos de concussão, corrupção passiva e corrupção ativa em crimes hediondos teve apoio recorde no site do Senado. A enquete ficou no ar de 15 a 31 de agosto. Mais de 424 mil pessoas (99,4%) se manifestaram a favor de penas mais severas para os crimes de corrupção. Só 2 mil declararam ser contra a mudança na legislação.

A proposta, de autoria do senador Pedro Taques (PDT-MT), tramita na Comissão de CCJ (Constituição e Justiça) do Senado, em caráter terminativo. Se for aprovada pela comissão, segue direto para a Câmara. Caso o projeto seja aprovado e sancionado pela presidente, quem cometer concussão (exigir vantagem indevida para si ou para terceiros, em razão do cargo público) ficará de quatro a oito anos na cadeia, e deve pagar multa. Atualmente, a lei prevê reclusão de dois a oito anos.

Já as penas por crimes de corrupção passiva e ativa, que hoje vão de dois a 12 anos, respectivamente, vão aumentar para de quatro a 12 anos, além de multa.

Em comparação com outras enquetes já realizadas no site da Casa, o número de votos foi impressionante. A votação sobre a possibilidade de cadastro público de pessoas condenadas por pedofilia não atraiu nem 1,5 mil participantes,

e a enquete sobre estacionamento gratuito em shoppings – a última antes da pesquisa sobre a alteração na lei dos crimes hediondos – beirou os 5 mil votos.

Para o senador, é necessário acabar com a ideia de que crimes hediondos são apenas aqueles que atacam a integridade física.

# 426

mil pessoas participaram da votação no site do Senado sobre a lei que torna corrupção crime hediondo.

## Relator quer mandato de Derosso suspenso

O vereador Jorge Iamawaki (PMDB), relator da Comissão de Ética da Câmara Municipal, apresentou ontem seu relatório a respeito da investigação sobre os contratos de publicidade da casa. Iamawaki recomendou a suspensão por 90 dias do mandato do presidente da casa, João Cláudio Derosso (PSDB), responsável pelos contratos.

A suspensão é a punição mais grave antes da cassação. Mas a questão só será votada na comissão na segunda-feira. Os vereadores Noêmia Rocha (PMDB) e Valdemir Soares (PRB) pediram vistas ao relatório. Depois, tem de passar pelo plenário.

João Cláudio Derosso é acusado de contratar irregularmente empresas de publicidade. Uma delas, a Oficina de Notícias, pertence à atual mulher de Derosso, a jornalista Cláudia Queiroz Guedes. A empresa foi contratada em 2006, quando Cláudia era servidora da Câmara. De lá para cá, a Câmara

fez dois aditamentos contratuais com a Oficina de Notícias e com a Visão Publicidade, a segunda empresa contratada. O relator sugeriu a suspensão por causa dos aditamentos de contratos feitos por Derosso quando já era casado com Cláudia Queiroz.

A vereadora Professora Josete (PT), suplente da Comissão de Ética, disse que a oposição quer a cassação de Derosso, e, por isso, Noêmia Rocha fez o pedido de vistas. ● METRO CURITIBA

# GAZETA DO POVO

JUDITH BRITO

## Intimidação a juízes e jornalistas

No Brasil, dois dos mais importantes contrapesos de uma sociedade democrática – o Poder Judiciário e a Imprensa – sofrem igualmente diante daqueles que pretendem impedir, a qualquer custo, a busca da justiça

02 SET 2011

**L**evantamento recente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que existem hoje no Brasil 134 juízes sob ameaça de morte ou violência. O brutal assassinato da juíza Patrícia Acioli, que chocou o país, foi uma prova contundente do risco real em que vivem os magistrados cumpridores de sua missão de promover a justiça.

Também recentemente a Associação Nacional de Jornais (ANJ) tornou público o seu Relatório de Liberdade de Imprensa, que revela o assassinato de cinco jornalistas nos últimos 12 meses, em decorrência de sua atividade profissional. No mesmo período, ocorreram pelo menos sete casos de agressões físicas a jornalistas no exercício da profissão.

Como se vê, no Brasil, dois dos mais importantes contrapesos de uma sociedade democrática – o Poder Judiciário e a Imprensa – sofrem igualmente diante daqueles que pretendem impedir, a qualquer custo, a busca da justiça, a apuração de crimes, a transparência, a circulação das informações.

Quando um magistrado é ameaçado e até mesmo morto, os criminosos mandam um claro aviso, buscando intimidar o Poder Judiciário. Parecido com o que ocorre quando jornalistas são ameaçados, agredidos e mortos. Neste caso, pretende-se amedrontar quem tem como missão desvendar o que está oculto, impedir que determinados fatos cheguem ao conhecimento das pessoas.

A violência contra juízes e jornalistas tem como principal combustível a impunidade. Criminosos ameaçam e até matam juízes e jornalistas por entender que dificilmente serão identificados e punidos. É mais uma grave falha do aparelho repressor do Estado brasileiro, que se mostra incompetente para proteger a sociedade de uma forma geral, em todos os seus setores, em todos os seus níveis.

No caso de juízes e jornalistas, o agravante está no fato de que a intimidação atinge também a essência da sociedade democrática. Juízes atuantes e destemidos são pressuposto para o permanente esforço de justiça que se deve buscar, assim como o livre trânsito de informações só acontece com o trabalho intenso dos jornalistas, sem sombras de ameaça.

O Relatório de Liberdade de Imprensa da ANJ mostra que os cinco assassinatos de jornalistas registrados nos últimos doze meses aconteceram no interior do país, mas é um engano supor que essa violência seja exclusiva de grotões sob domínio de um coronelismo tardio. Poderiam ter acontecido em grandes cidades, como já aconteceu e foi também registrado pela ANJ em outros períodos. Da mesma forma que o assassinato da juíza Patrícia ocorreu em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

CONTÍNUA



02 SET 2011

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Não podemos permitir que em nosso país se repita o que já se viu na Colômbia, com juízes escondendo-se atrás de máscaras ao comandar julgamentos e proferir sentenças, temerosos de futuras represálias dos criminosos. Ou aceitar o que ocorre hoje no México, onde a imprensa se cala diante da ação dos narcotraficantes que tanto mal impõem à sociedade daquele país.

Os números divulgados pelo CNJ e a ANJ mostram que no Brasil a situação extrapolou, e muito, a normalidade. É preciso reagir, mostrar que a sociedade não aceita a intimidação a quem tem papel tão essencial na democracia. Cabe ao Estado — por meio do próprio Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia — impedir que a situação fuja do controle.

**Judith Brito** é presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

02 SET 2011

# GAZETA DO POVO

## “O Direito é uma dimensão insubstituível da sociedade”

**Paolo Grossi**, historiador do Direito, juiz da Corte Constitucional Italiana e professor da Universidade de Florença.

*Kamila Mendes Martins*

Desde os anos 70, o renomado jurista italiano e historiador do Direito Paolo Grossi se lembra de ter vindo ao Brasil pelo menos seis vezes. Nesse período, presenciou grandes transformações no país e nas práticas jurídicas nacionais. “Observo um crescimento cultural, uma revolução na forma como os brasileiros pensam o Direito”. Nos seus primeiros contatos com as faculdades de Direito do Brasil, Grossi constatava a presença de ótimos técnicos, mas nada além disso. “Era o Direito como técnica, como instrumento para o advogado e o juiz resolverem uma questão. Hoje é diferente. Compreendeu-se que o Direito é uma dimensão necessária e insubstituível da sociedade civil”, explica.

Grossi esteve em Curitiba nesta semana para participar do 5.º Congresso Brasileiro de História do Direito, quando falou sobre a identidade do jurista hoje. Ele conversou pessoalmente com a reportagem da *Gazeta do Povo* um dia antes de receber o título de doutor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Paraná. Bem humorado, declarou seu fascínio pelo Brasil na entrevista concedida ao lado do diretor da Faculdade de Direito da UFPR e presidente do Instituto Brasileiro de História do Direito, Ricardo Marcelo Fonseca, que ajudou a eliminar as barreiras da linguagem.

O senhor veio ao Brasil para falar sobre o papel do jurista hoje, em um congresso de História do Direito. Em que sentido o jurista da pós-modernidade é diferente do jurista moderno?

Nós temos sobre as nossas costas o século 20, que eu não hesito em chamar de pós-moderno. Isso quer dizer que do ponto de vista jurídico este século se distancia muito daquilo que foi a modernidade jurídica, que acreditou fortemente no Estado, chamado a controlar todo o Direito. Durante a modernidade tivemos um vínculo muito forte, quase necessário, entre o poder político e a formação do Direito. O novo século se inaugura em direção oposta. O Estado não basta para conter e organizar a sociedade. Há um grande movimento de mudança sobre o plano social, econômico e técnico. Estado e lei não são mais capazes de ordenar a sociedade. Isso já constatamos nos primeiros anos do século 20. Agora, o que quer dizer o direito para os juristas pós-modernos? Quer dizer crise do Estado e crise da lei. A sociedade descobre a sua complexidade jurídica, multiplicam-se as fontes do direito e temos uma situação de incerteza. Mas também de busca de novas certezas. As velhas certezas da modernidade, Estado e Lei, não bastam mais.

E isso é uma coisa boa?

Creio que sim. Quando ensinava na Universidade de Florença, dizia aos alunos: “orgulhem-se de estudar a ciência jurídica”. Para o

jurista este é um tempo difícil, mas fértil. Difícil porque a ciência jurídica, os juízes, a mesma prática jurídica, os notários, os advogados, são investidos da formação do Direito. Ou melhor, eles devem fazer uma obra de suplência. Antes o Estado pensava em tudo, o Direito se identificava em uma lei ou em um complexo de leis, em um conjunto de regras gerais, autoritárias. Agora isso não é mais possível. Existe a necessidade de poderes supletivos. E de quem são eles? Claro que dos proprietários das técnicas do Direito, os professores, juízes, advogados, notários.

**O jurista deixou de ser apenas um aplicador da lei, passou a transformar sua aplicabilidade?**

Está se desenvolvendo na Europa continental um fenômeno que sempre aconteceu no mundo não continental, o mundo inglês. Na Common Law há uma continuidade absoluta entre a Idade Média e a modernidade jurídica. Na Idade Média, o protagonista da formação do direito era o jurista. Com a modernidade, sobretudo com a Revolução Francesa, tudo é confiado ao Estado. Há um protagonismo do Estado mesmo na criação do Direito. Mas na Inglaterra continua o protagonismo dos juristas, sobretudo dos juízes. Na Itália, e creio que em toda a Europa continental, nos encontramos em uma situação que nos aproxima muito do mundo da Common Law, porque o juiz tem um papel enorme e também porque a Europa continental durante a modernidade inventou códigos esplêndidos, obras-primas de doutrinas jurídicas.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

02 SET 2011

Mas eles não são mais suficientes para ordenar a vida jurídica que ao longo do século passado é enorme. O século 20 teve esta característica: o percurso de um movimento de mudança que nunca houve antes. O legislador às vezes é surdo ou impotente. Eis que há a necessidade de outras fontes de Direito, porque a sociedade é um corpo vivo.

**Nesse sentido a Common Law seria mais adequada para que o Direito se adaptasse rapidamente às mudanças sociais?**

Não há dúvida de que a Common Law soube ordenar uma sociedade capitalista muito desenvolvida, primeiro a inglesa e depois a dos Estados Unidos. Porque atribuir a formação do Direito a seus mestres, a juristas, a notários, significa não fossilizá-lo em um texto escrito de uma vez por todas, para sempre. Na França é ainda vigente o Código Napoleônico, de 1804. Naturalmente que houve mudanças, mas a estrutura permanece a mesma. Na Itália temos vigente o código de Direito Privado de 1942, mas há necessidade de tantos institutos novos que nascem da prática cotidiana. O risco agora é a separação sempre grosseira entre os fatos da vida do cotidiano e o Direito oficial.

**Quais os atuais desafios jurídicos europeus?**

Estamos criando com dificuldade a União Europeia, união política e jurídica. Um dos problemas é a dúvida quanto à produção de um código de Direito Privado europeu. O risco é fazer uma obra de arte jurídica perfeita, mas que se tornará velha em poucos anos. Apenas pense neste grande fato técnico: a revolução digital, que é ficção científica para o código italiano de 1942.

**No Brasil, temos hoje muitas instâncias judiciais, a primeira, a segunda, o STJ e o STF. O ministro Cezar Peluso tem uma proposta de reduzir a possibilidade de tantas instâncias e permanecer apenas com duas. Esse pode ser um problema ao princípio do devido processo legal?**

A possibilidade de um recurso a uma terceira instância é uma grande garantia ao cidadão. O que falta na Itália é um número suficiente de juizes. Os juizes são poucos, o trabalho é grande e temos lentidão extrema. Um problema do primeiro grau para chegar ao terceiro pode demorar até 20 anos. E isso é ruim, pois a Justiça tem de ser rápida. Fundamental é ter um número de juizes que seja capaz de resolver esse problema da celeridade, mas não tiraria essa garantia ao cidadão de poder ter três graus de jurisdição.

**O STF tem grandes discussões de repercussão nacional, como o caso de aborto de fetos anencéfalos e as cotas raciais nas universidades públicas. Como é na Itália?**

Temos casos assim. Um dos maiores é o dos doentes terminais. Coloca-se a questão de poder desligar as máquinas de uma pessoa que vive em estado vegetativo. O matrimônio dos homossexuais foi recentemente discutido na corte. São temas que resguardam os direitos fundamentais da pessoa humana. Temos problemas grandes sobre o conflito intercultural, quero dizer, sobretudo, interreligioso.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

02 SET 2011

**“O Direito para os juristas pós-modernos quer dizer crise do Estado e crise da lei. A sociedade descobre a sua complexidade jurídica, multiplicam-se as fontes do Direito e temos uma situação de incerteza. Mas também de busca de novas certezas. As velhas certezas da modernidade, Estado e Lei, não bastam mais.”**

**“A Justiça tem de ser rápida. O ponto é ter um número de juízes que seja capaz de resolver esse problema da celeridade, mas não tiraria essa garantia ao cidadão de poder ter três graus de jurisdição.”**



**GAZETA DO POVO**



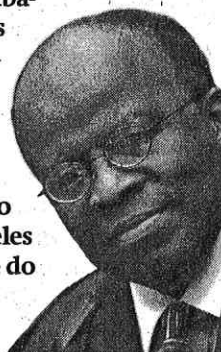
# GAZETA DO POVO

NOTA POLITICA

**Voltou**

**02 SET 2011**

O ministro do STF Joaquim Barbosa (foto) retornou ao trabalho na quarta-feira, após ter ficado 76 dias de licença médica. Ele se recuperava de uma cirurgia no quadril, realizada em 15 de junho. Desde 2007, Barbosa sofre com dores na região do quadril e na lombar. O ministro está trabalhando no gabinete, mas só volta às sessões plenárias na próxima semana. Barbosa é o relator do mensalão, cujo julgamento no STF deve ocorrer em 2012. O inquérito foi aberto em março de 2007, para aprofundar as investigações sobre a origem do dinheiro do esquema e seus beneficiários. São réus no processo 36 políticos e empresários, entre eles o ex-ministro José Dirceu e o ex-presidente do PT José Genoino.



## DECISÃO

**Grampo em investigação civil só em alguns casos**

É possível a interceptação telefônica no âmbito civil em situação de extrema excepcionalidade, quando não houver outra medida que resguarde direitos ameaçados e o caso envolver indícios de conduta considerada criminosa. A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar *habeas corpus* preventivo em que o responsável pela execução da quebra de sigilo em uma empresa telefônica se recusou a cumprir determinação judicial para apurar incidente de natureza civil.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS) julgou correta a decisão do juízo de direito de uma vara de família, que expediu ofício para investigar o paradeiro de criança levada por um familiar contra determinação judicial.

## NOTA POLITICA

**PSD**

O PSD já tem diretórios em nove estados reconhecidos pelos respectivos TREs. Com as decisões dos tribunais do Rio de Janeiro e de Mato Grosso ontem, o secretário-geral do PSD, Saulo Queiroz, anunciou que a nova legenda cumpriu a exigência de estar organizada em no mínimo um terço das 27 unidades da federação para ser reconhecida legalmente como um partido nacional. A Justiça Eleitoral do Paraná, Santa Catarina, Tocantins, Rio Grande do Norte, Rondônia e Piauí já haviam reconhecido os diretórios do PSD.

## ENTRELINHAS

### Ordens diferentes?

Eleitora estranhou a reclamação de cidadão, publicada na coluna do dia 30, dizendo que teve de escolher outro local para votar. "Estive no TRE ontem para me recadastrar e o sistema sim me ofereceu três opções próximas a minha casa, mas perguntei se podia continuar votando no local de sempre (apesar de ser longe de onde moro, mas próximo à casa dos meus pais, que precisam que eu os leve para votar) e a moça prontamente disse que sim. O eleitor que reclamou insiste que disse à atendente morar ainda mais perto do Colégio Caramuru, mas essa opção não estava no "sistema" e por isso ele teve sim que escolher outra seção.

*"A liberdade é um direito inalienável enquanto a exercer o homem com honradez, justiça e respeito."*

**González Pecotche**, humanista argentino.

# GAZETA DO POVO

OAB-PR tem  
torneio que  
homenageia  
advogado

02 SET 2011

■ A Comissão de Esportes da OAB Paraná lançou ontem a Copa Frederico Ferraz Lewin, torneio de futebol que homenageia o advogado falecido em 2006, que foi membro atuante da Comissão da Seccional. Os jogos serão realizados no fim de semana, na tarde de sábado e na manhã de domingo, no Centro de Treinamento Bayard Osna, do Coritiba Futebol Clube. Lewin é filho do procurador de Justiça Helio Lewin, decano do Ministério Público do Paraná.

Além de contar com uma equipe de Maringá, uma de Curitiba e a equipe Guarati, campeã da Copa Estadual de Futebol da OAB, formada por advogados de Guaraçuva e Irati, um time formado por advogados da Grécia vai participar da competição.

## BESSA

### Datoga à chuteira

A Comissão de Esportes da OAB-PR promove neste fim de semana a Copa Frederico Ferraz Lewin, torneio de futebol que homenageia o advogado curitibano falecido em 2006. Os jogos ocorrem neste sábado à tarde e na manhã de domingo, no Centro de Treinamento do Coritiba. Frederico, que foi membro ativo da comissão, é filho do procurador de Justiça Helio Lewin.

■ O torneio terá a participação de um time de advogados da Grécia.

## PUNIÇÃO

Rodeio das gordas rende multa de 20 salários

■ Acusados de incentivar o chamado "rodeio das gordas", ocorrido em um evento esportivo da Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), em Araraquara, interior de São Paulo, no ano passado, terão de doar 20 salários mínimos cada um. A medida foi estabelecida em um termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado por dois dos três acusados de manter uma página no site de relacionamentos Orkut que incentivava a prática e as Promotorias de Justiça de Direitos Humanos de Araraquara e Assis. O dinheiro vai para três instituições de prevenção e combate à dependência química e à violência de gênero. A prática consistia em agarrar colegas obesas, simulando uma montaria de boi. O terceiro acusado será alvo de uma ação civil pública.

## UNIÃO

Justiça nega realização de casamento gay em Bauru

■ O primeiro casamento gay de Bauru, interior de São Paulo, entre o estudante de Direito Charles Bulhões Trevisan da Silva, de 23 anos, e o auxiliar administrativo Cauê de Oliveira Sena Ricarte, de 19, marcado para a próxima segunda-feira, foi barrado pela Justiça. A juíza Ana Carla Crescione Almeida Salles, da 1.ª Vara de Família, indeferiu o pedido de transformação da união estável em casamento, formulado pelos interessados com base na decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em maio, tornou equivalentes a união estável entre hetero e homossexuais. Prevaleceu na decisão o entendimento de que, embora equipare as uniões estáveis, não existe legislação que ampare a conversão da união homossexual em casamento oficial.

02 SET 2011

GAZETA DO POVO

# Relator defende o afastamento de Derosso por até 90 dias

Jorge Yamawaki, no parecer apresentado ao Conselho de Ética, alega que o presidente da Câmara omitiu sua relação com a jornalista

Cláudia Queiroz  
*Chico Marés*

O vereador Jorge Yamawaki (PSDB), relator no Conselho de Ética da primeira denúncia contra o presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), recomendou o afastamento do acusado por até 90 dias de todas as suas funções legislativas. A sanção foi recomendada porque Derosso, segundo ele, omitiu fatos relativos a seu relacionamento com a jornalista Cláudia Queiroz Guedes. Derosso e Cláudia são casados. A omissão teria prejudicado a investigação do Conselho.

O relatório foi colocado em votação logo após a apresentação dele. Dois vereadores, Noêmia Rocha (PMDB) e Pastor Valdemir Soares (PRB), pediram vista ao processo. A votação final será na próxima segunda-feira, às 10h30. Além da votação no Conselho, o relatório terá necessariamente de passar pelo plenário.

Derosso foi denunciado no Conselho em 21 de julho por irregularidades na contratação da empresa Oficina de Notícias, de propriedade de Cláudia. A agência de comunicação recebeu da Câmara R\$ 5,1 milhões de 2006 ao início deste ano, quando o contrato se encerrou. A licitação ocorreu quando a jornalista era funcionária da Casa, o que contraria a Lei de Licitações. No período, segundo Derosso, os dois não tinham relacionamento. Mas, depois disso, foram realizados aditivos ao contrato em 2008 e 2009, já no período em que o tucano estava casado com Cláudia, segundo ele próprio admitiu em entrevistas.

## Vínculo

Segundo o relatório de Yamawaki, não houve quaisquer irregularidades por parte de Derosso no momento da licitação. Para ele, nem o vereador, nem a comissão de licitação tinham conhecimento do vínculo de Cláudia com a Câmara — ou seja, a responsabilidade não cabia ao Legislativo, e sim à própria jornalista. Além disso, Yamawaki alegou que não há provas documentais de que o vereador e a jornalista tinham um relacionamento estável ou matrimonial quando os aditivos foram realizados, mas apenas indícios claros. Esses fatos, segundo Yamawaki, foram ocultados por Derosso. Por isso, a recomendação pelo afasta-

mento temporário. Essa é a segunda sanção mais grave que o Conselho poderia dar ao vereador, perdendo apenas para a cassação.

O relatório poderia absolvê-lo ou indicar cinco penas diferentes: advertência; censura pública; suspensão de prerrogativas (por exemplo: suspensão de Derosso da presidência da Casa); afastamento temporário e cassação.

As três primeiras penas poderiam ser aplicadas pelo próprio Conselho. Mas a cassação e o afastamento exigem que seja criada uma comissão processante, formada por três vereadores sorteados. A comissão conduz o processo e leva o pedido de punição ao plenário. Os 38 vereadores, por fim, decidirão o destino de Derosso. O prazo máximo da pena é de 90 dias.

Além de irregularidades nos contratos de publicidade, Derosso também está sendo acusado de contratar irregularmente funcionários da Assembleia, de nomear uma cunhada em seu gabinete e de ser responsável pelo jornal Câmara em Ação, que custou R\$ 14 milhões, mas que aparentemente nunca foi impresso.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

02 SET 2011

## ESCÂNDALO

Relembre os principais pontos da acusação contra Derosso:

### CONTRATO

Apesar de não ter um relacionamento com Derosso no período, Cláudia foi funcionária da Casa entre fevereiro e maio de 2006, época na qual foi realizada a licitação. Nesse período, ela não era casada com Derosso.

**Parecer de Yamawaki:** a questão é de responsabilidade de Cláudia, que assinou documento dizendo estar desimpedida de participar da licitação.

### RENOVAÇÃO

Quando os contratos com a Oficina da Notícia foram renovados, em 2008 e 2009, Derosso já tinha um relacionamento afetivo com Cláudia, o que contraria o princípio da impessoalidade na gestão pública.

**Parecer de Yamawaki:** não há provas documentais do relacionamento, mas há indícios suficientes para a sanção.

### PUBLICIDADE

Licitação realizada para a contratação de agências de publicidade, vencida pelas empresas Oficina da Notícia e Visão Publicidade, foi divulgada apenas no jornal Diário Popular.

**Parecer de Yamawaki:** a divulgação foi suficiente, já que o jornal tinha tiragem de 12 mil exemplares, à época.

### GESTOR

Ao contrário do que previa o contrato, não foi nomeado um gestor para fiscalizar a execução dos serviços prestados pelas duas empresas. Segundo a direção administrativa da Casa, Derosso assumia esse papel informalmente.

**Parecer de Yamawaki:** relatório não menciona o assunto.

### DURAÇÃO

O extrato da licitação menciona que o contrato seria de 12 meses. O contrato foi assinado com a duração de 24 meses. Comissão de licitação admitiu a culpa e diz que foi um erro de digitação.

**Parecer de Yamawaki:** relatório não menciona o assunto.

CONTINUA



02 SET 2011

## GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

# Parecer desagradado a opositores e aliados

Apesar de sugerir o afastamento do presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), o relatório do vereador Jorge Yamawaki (PSDB) sofreu críticas tanto de vereadores da bancada de situação quanto da oposição da Casa. Para os dois lados, alguns temas acabaram sendo ignorados pelo relatório. A oposição acredita também que o parecer poderia sugerir a cassação do presidente.

Para Valdemir Soares (PRB), da bancada de situação, faltaram informações sobre o relacionamento da jornalista Cláudia Queiroz Guedes com Derosso. Cláudia é proprietária da empresa Oficina da Notícia, que prestou serviços de publicidade à Câmara entre 2006 e 2011. Além disso, para o vereador, também deveria constar no relatório os veículos que receberam verbas de publicidade da Casa. Entretanto, Soares classificou a punição indicada por Yamawaki como "coerente", e disse não ter a intenção de contestar esse ponto.

Já Noêmia Rocha (PMDB) considerou que quatro pontos essen-

**"Para aplicar uma punição por improbidade, preciso de uma prova concreta. Mas existia um relacionamento [entre Cláudia e Derosso], então, a renovação desse contrato não poderia ter sido feita, é uma quebra do decoro parlamentar."**

**Jorge Yamawaki**, relator do processo contra Derosso.

ciais foram deixados de fora. O relatório não responsabiliza Derosso pela contratação de Cláudia, nem o fato de os dois terem um relacionamento quando foram feitas as renovações do contrato. Além disso, o documento de Yamawaki não cita o fato de o extrato do edital de licitação indicar um contrato de 12 meses, mas o contrato ter sido originalmente de 24 meses. O relatório também não cita ausência de um gestor para fiscalizar a execução dos serviços de publicidade, o que era previsto no contrato. Segundo Noêmia, esses pontos são agravantes, e embasa-

riam um pedido de cassação. Presidente do Conselho, o vereador Francisco Garcez (PSDB) elogiou o relatório do colega. "Quem disse que acabaria em pizza, perdeu a aposta", afirma.

### Prova concreta

Yamawaki defendeu seu relatório e a pena sugerida. Disse que ainda não há uma prova concreta de que tenha havido alguma ilegalidade, mas que houve desvio ético. "Para aplicar uma punição por improbidade, preciso de uma prova concreta. Mas existia um relacionamento [entre Cláudia e Derosso], então, a renovação desse contrato não poderia ter sido feita, é uma quebra do decoro parlamentar", afirma o vereador.

Já o fato de Cláudia ser funcionária da Câmara durante o processo não foi considerado um problema da presidência da Casa, para Yamawaki. "Conforme diz no meu relatório, quando uma pessoa assina um documento dizendo estar hábil, a administração avalia que a informação é verdadeira", afirma o vereador. (CM)

CONTINUA

# Câmara terá de votar criação de comissão processante

Decisão judicial ainda determina que os vereadores decidam se Derosso deve ou não ficar afastado da presidência durante a investigação

*Rogério Waldrigues Galindo*

Uma decisão judicial emitida ontem obrigará a Câmara de Curitiba a votar a criação de uma comissão processante para julgar o vereador João Cláudio Derosso (PSDB). Os vereadores também terão de decidir se Derosso deve ou não ficar afastado da presidência da Câmara durante a investigação. O pedido de instalação da comissão foi feito pela vereadora Renata Bueno (PPS).

A vereadora apresentou o pedido de criação da comissão processante em 3 de agosto, logo após o surgimento das primeiras suspeitas de irregularidades nos contratos da Câmara com agências de publicidade. A procuradoria jurídica da Câmara, porém,

**“Fazer a votação, botar o pedido de criação da comissão para ser votado em plenário não quer dizer que a denunciante tem razão. Significa apenas que a Câmara está respeitando os trâmites legais.”**

**Carlos Strapazzon**, professor de Ciência Política.

alegou que a formulação do pedido era irregular. O vice-presidente da Câmara, Sabino Picolo (DEM), acatou o parecer e decidiu não colocar o assunto em votação.

A primeira decisão da juíza Luciane Pereira Ramos, da 2.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública de Curitiba, emitida na quarta-feira, afirmava que não há qualquer irregularidade nos pedidos feitos pela vereadora. Derosso, notificado da decisão, apresentou recurso em nome da Câmara. Ontem, porém, a juíza deu uma segunda decisão, negando que houvesse motivo para que o recurso fosse aceito.

Segundo a juíza, a legislação municipal é omissa sobre como devem ser apurados e julgados casos de denúncias desse gênero.

Portanto, deve ser utilizada a legislação federal. E, segundo ela, não há qualquer incompatibilidade entre a lei federal e os pedidos feitos por Renata Bueno.

## “Vamos cumprir”

Ontem, Sabino Picolo afirmou que ainda não havia sido notificado oficialmente da decisão. Disse que, se depender dele, a Câmara não apresentará recurso para evitar a votação em plenário. “Assim que a liminar chegar a nós, vamos cumprir. Se for necessário votar na hora, votamos na hora”, afirmou. A liminar, porém, não estabelece prazo para que a votação ocorra.

Segundo o professor de Ciência Política Carlos Strapazzon, a decisão mostra que a Câmara deveria ter respeitado o devido processo legal. “Fazer a votação, botar o pedido de criação da comissão para ser votado em plenário não quer dizer que a denunciante tem razão. Significa apenas que a Câmara está respeitando os trâmites legais”, disse.

A reportagem tentou contato com Renata Bueno para comentar a decisão, mas a vereadora está em viagem à Europa. O vereador João Cláudio Derosso também não foi encontrado pela reportagem.

## Penal a vereador não foi “pesada”, diz analista

Embora o relatório do Conselho de Ética recomendando o afastamento de João Cláudio Derosso (PSDB) seja um golpe no poder do vereador, a cientista política Luciana Veiga, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) afirma que ele ainda não perdeu a batalha. Segundo a professora, o relatório poderia ser visto, inclusive, como uma estratégia para, mais à frente, permitir a absolvição do tucano.

“Os vereadores aliados a Derosso podem estar querendo dar uma satisfação à opinião pública, garantindo uma punição que seja visível mas que, ao mesmo tempo, não seja pesada demais para o vereador”, afirmou. Segundo ela, também não pode ser descartada a possibilidade de os vereadores negociarem uma saída com Derosso. “O relatório pode não ser aprovado. Pode ser um instrumento de negociação”, disse.

No meio político, a recomendação de que o vereador seja suspenso de seu mandato foi vista como

uma punição leve, dado o peso das acusações contra Derosso. O deputado federal Rubens Bueno (PPS), por exemplo, afirmou que o novo fato mostra que o presidente da Câmara não tem mais condições morais de permanecer no cargo. “O Derosso precisa renunciar ao cargo imediatamente. Não há porque continuarmos com esse costume de as pessoas se segurarem no cargo a todo custo”, disse.

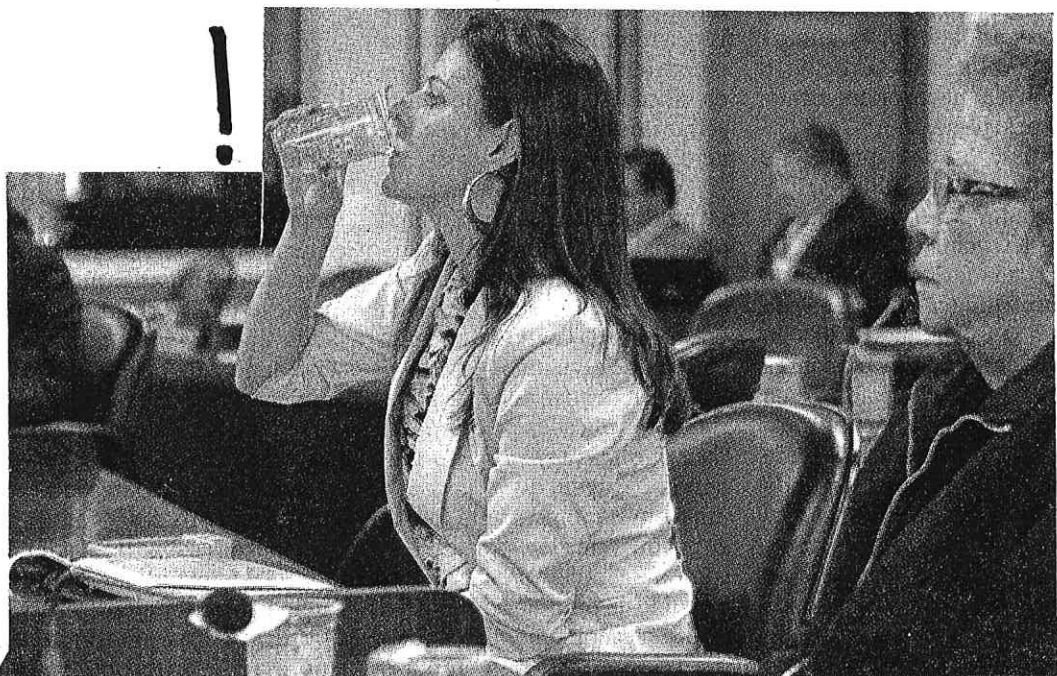
Para o senador Alvaro Dias (PSDB), Derosso precisa ser afastado do partido. O senador afirmou ainda que, se houve ilícito, a pena deve ser considerada “suave”. “Não conheço o processo em detalhes, não pude ler o relatório ain-

da. Mas o que me parece é que se a irregularidade foi constatada, a punição é bastante suave.”

### Punição

Ex-correligionário de Derosso, Gustavo Fruet, que deixou o PSDB neste ano, também disse que a punição prevista no relatório é pequena. “Não acredito que possa haver gradação de punição em caso de quebra de decoro. Ou o decoro foi quebrado e o parlamentar deve perder o mandato, ou não houve quebra de decoro”, disse o ex-deputado. Para Fruet, porém, o “ponto positivo” foi que o relatório produzido pelo vereador Jorge Yamawaki (PSDB), “não optou pela temporização”. “Houve o reconhecimento das irregularidades”, afirmou.

A reportagem tentou ouvir o prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB), sobre o resultado da investigação feita pelo Conselho de Ética da Câmara, mas a assessoria de imprensa não retornou o contato até o fechamento desta edição.



Renata Bueno (bebendo água): pedido de vereadora foi considerado irregular pela procuradoria da Câmara de Curitiba.

02 SET 2011  
GAZETA DO POVO

PAIXÃO



### COLUNA DO LEITOR

#### **Jaqueline Roriz**

Mais uma vez a Câmara dos Deputados envergonha o Brasil com a não cassação de Jaqueline Roriz, deixando claro que corrupção, lavagem de dinheiro e roubalheira valem a pena neste país. Passou da hora de sairmos às ruas, como está acontecendo em outros países, na tentativa de derrubarmos esse governo. Não dá mais para ficarmos sentados assistindo a essa roubalheira em todas as esferas do governo e não fazermos nada.

**Luciano Della Coletta**



02 SET 2011

## GAZETA DO POVO

DELEGACIA ON-LINE

# B.O. virtual atende 160 no 1.º dia

Por enquanto, site recebe apenas o registro de extravios de documentos, cartões, cheques e aparelhos eletrônicos. Denúncias anônimas ou identificadas também podem ser feitas

Pollianna Milan

■ A Delegacia Eletrônica do Paraná começou a funcionar ontem e já registrou cerca de 160 boletins de ocorrência (B.O.s) até as 18 horas. Pelo site [www.delegaciaeletronica.pr.gov.br](http://www.delegaciaeletronica.pr.gov.br), o usuário pode registrar extravios (perdas) de documentos, cartões, cheques e aparelhos eletrônicos. No novo endereço eletrônico também é possível fazer denúncias de criminosos ou de delitos: elas podem ser anônimas ou identificadas. Por enquanto, o sistema é limitado pois todos os outros B.O.s, como furtos e roubos, acidentes de trânsito (com ou sem vítimas) e homicídios continuam sendo feitos apenas pessoalmente, em suas respectivas delegacias.

“Ficamos surpresos com a procura que o site teve no primeiro dia. Estimávamos que, com o passar do tempo, teríamos uma demanda de cerca de 150 a 200 boletins eletrônicos por dia, e atingimos esse número já na inauguração”, afirma o respon-

sável pela Delegacia Eletrônica, o delegado Eduardo Castella. A possibilidade de fazer o B.O. pela internet vai dar comodidade à população, mas, sobretudo, pretende desafogar um pouco o trabalho nas delegacias. “Uma parcela grande do fluxo nas delegacias, 30% dele, era para atender B.O.s de objetos perdidos. Ou seja, das 260 mil ocorrências registradas no primeiro semestre deste ano, quase 80 mil foram para estes casos”, afirma o governador interino do Paraná, Flávio Arns. Isso quer dizer que em um ano cerca de 160 mil pessoas poderão deixar de ir às delegacias e fazer o boletim de perdas de objetos pela internet, de casa ou do trabalho.

O documento impresso no site tem a mesma validade do B.O. feito na delegacia. A pessoa que precisa apresentar o boletim a uma empresa, por exemplo, poderá passar a ela o número do protocolo e a própria empresa poderá confirmar a validade dele na internet.

### Atraso

O Paraná é o último estado a ter o boletim de ocorrência eletrônico. O secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, disse não saber o motivo de o estado ter demorado tanto para inaugurar o serviço. A polícia pretende abrir a possibilidade de registrar outros tipos de B.O.s ao longo do tempo, como pequenos furtos, mas ainda não dá um prazo para isso ocorrer. “Ainda existe uma resistência dos policiais à nova ferramenta. Assim que quebrarmos este paradigma, vamos adiante”, diz. Cesar lembra que o B.O. eletrônico é fácil de ser feito e tem uma

operação semelhante a um cadastro simples de uma loja.

O usuário recebe no e-mail pessoal a confirmação e o protocolo de que o boletim foi aceito. Na inauguração do site, o e-mail estava sendo enviado, após a solicitação, em menos de 30 minutos. Somente nos casos de inconsistência de dados, falta de informações ou quando o registro é indeferido é que o policial entrará em contato.

Os B.O.s feitos eletronicamente são enviados à delegacia responsável, assim como as denúncias. Menores de 18 anos não podem fazer o registro.

César afirma que a polícia também pretende instalar computadores em algumas delegacias à disposição da população, para que as pessoas mais carentes possam ter acesso ao serviço. Não se sabe ainda quando os computadores estarão disponíveis.

**CONTINUA**



## COMO FUNCIONA CONTINUAÇÃO

Veja aqui o passo a passo de como fazer um boletim de Ocorrência (B.O.) na internet:

**1º passo** Entre no site: [www.delegaciaeletronica.pr.gov.br](http://www.delegaciaeletronica.pr.gov.br)  
Escolha o tipo de B.O. que você deseja fazer (B.O. de extravio) ou denúncia. Se você perdeu três documentos, todos podem ser registrados em um único B.O..

O IP de seu computador fica automaticamente registrado. Caso haja uma comunicação falsa de crime, esta será investigada com possibilidade de a pessoa cumprir pena de até um ano de detenção mais multa.

02 SET 2011

**2º passo** Escolha entre as três opções: documentos, eletrônicos ou financeiros extraviados. É possível fazer o registro de mais de um objeto perdido.

**3º passo** Comunicação da ocorrência. Este espaço é destinado para que a pessoa descreva como ocorreu a perda do(s) objeto(s), com suas próprias palavras. Depois é só salvar.

**4º passo** Ao terminar o B.O., você deve receber no seu e-mail (o informado nos dados cadastrais) o número do boletim, o ano e o protocolo.

Com os dados em mãos, acesse novamente a página [www.delegaciaeletronica.pr.gov.br](http://www.delegaciaeletronica.pr.gov.br) e vá até a opção Impressão de boletim de Ocorrência Online. Digite ali o número do boletim, o ano do boletim e o protocolo recebido por e-mail. Depois é só imprimir.

- ▶ Caso haja necessidade, um policial entrará em contato. Caso contrário, o boletim já está válido.
- ▶ Se você registrou um B.O. de extravio de documentos e depois os encontrou, não é necessário comunicar a polícia.

GAZETA DO POVO

02 SET 2011

# GAZETA DO POVO

EXPERIÊNCIAS

CONTINUAÇÃO

## SP, RS e SC têm sistema avançado

Aline Peres

Enquanto o Paraná inaugurava o boletim eletrônico somente ontem, em outros estados o serviço existe há muito tempo e é muito mais avançado. Na Região Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm delegacias virtuais desde 2002. Os gaúchos têm acesso a sete tipos de registros que vão de furtos de documentos a acidentes de trânsito sem vítimas. A inspetora de polícia civil Neusa Casagrande, responsável pela Delegacia On-line, diz que são recebidas em média 400 ocorrências diárias. Todas geram comprovantes. Quando é necessária investigação, os casos são analisados e vão para as delegacias competentes.

Dos registros recebidos, 90% são deferidos e encaminhados, lembra ela. Os que recebem negativa dizem respeito à duplicidade de registros, falta de dados ou "testes" efetuados pela população. Para ela, o benefício tem mão dupla: as delegacias físicas desafogam e o cidadão ganha comodidade no atendimento.

### Primeiro dia

Na estreia do site, as delegacias paranaenses já notaram a diminuição da procura pelo serviço de B.O.s de perdas. Na última quarta-feira foram feitos 882 boletins desta categoria, ontem, com a inauguração do site, a procura caiu para 609.

Em Santa Catarina, o perfil é semelhante. A perda de documentos tem sido a campeã entre os boletins virtuais, seguido de denúncias. A facilidade de conseguir o registro para efetuar o pedido de segunda via de documentos e a confiabilidade do canal, lembra o investigador da Diretoria de Inteligência de SC, Diego Coradini, são as principais vantagens.

Coradini conta que a Delegacia Eletrônica estuda há algum tempo a ampliação do serviço, como a inclusão do boletim de acidentes de trânsito apenas com danos materiais. No entanto, ele lembra que há situações em que é necessária a presença da pessoa na delegacia. "O Código Penal nos deixa limitado", alerta. A confusão quanto à nomenclatura do crime também é um agravante e a omissão de informações também pode ser um complicador.

Em São Paulo, primeiro estado a implantar a delegacia virtual, foram 822 mil solicitações em 2010. Lá é possível fazer B.O. eletrônico de furtos de veículos: de cada dez carros furta-dos, três são registrados via internet.

### É BOM SABER

Para registrar o B.O. é preciso ter um e-mail. Se não tiver, indique o de uma pessoa de sua confiança. Veja outras informações importantes:

#### Registros possíveis

Comunicação de extravios (perda) de documentos (RG, CPF, CNH, certidões), objetos, aparelhos eletrônicos e financeiros (cartões de crédito, cheques e dinheiro).

#### Denúncias

Podem ser anônimas ou identificadas (quando a pessoa quer um retorno sobre a investigação). É possível denunciar criminosos e qualquer tipo de delito.

#### Recusa

Podem ser recusados os pedidos que tiverem documentos que não coincidem com os informados aos órgãos competentes ou quando a natureza do B.O. não pode ser atendida pela internet. Nos dois casos siga as orientações dadas por e-mail e se ainda tiver dúvidas entre em contato com a delegacia pelo e-mail: [delegaciaeletronica@pc.pr.gov.br](mailto:delegaciaeletronica@pc.pr.gov.br)

#### Atenção

Furtos e roubos em geral e B.O.s de acidentes de carros (com ou sem vítimas), entre outros, ainda não estão disponíveis no site.

**"O site teve no primeiro dia 160 B.O.s virtuais. Estimávamos que esse número seria alcançado com o passar do tempo, mas o atingimos já na inauguração."**

Eduardo Castella, delegado responsável pela Delegacia Eletrônica.

**02 SET 2011**

## **FOLHA DE LONDRINA**

### **Oswaldo Militão**

#### **Presidente e vice do TJP hoje em Londrina**

Para receber seus títulos de Cidadão Honorário de Londrina estarão na cidade, hoje, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Miguel Kfoury Neto e seu vice-presidente, Onésimo Mendonça de Anunciação, que foram juízes no Fórum local e aqui deixaram muitos admiradores, pela qualidade do elogiado trabalho que sempre apresentaram. Miguel Kfoury Neto nasceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, e Onésimo M. de Anunciação, em São Francisco do Sul, Santa Catarina. O vereador Ivo de Bassi foi o autor da sugestão aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Barbosa Neto. Juízes de Direito, advogados e autoridades da região são esperados para a cerimônia de logo mais no recinto do Legislativo local.

# FOLHA DE LONDRINA MP opina por quórum de 13 vereadores para abrir CP

02 SET 2011

## Investigações na Câmara podem resultar na cassação do mandato do prefeito por denúncias de irregularidades na Guarda Municipal

Loriane Comeli  
*Reportagem Local*

**P**arecer do promotor que atua na 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Eduardo de Mello Chagas Lima, aponta a inconstitucionalidade do artigo 23 da Lei Orgânica do Município (LOM) e opina pelo quórum de dois terços dos vereadores para votação da admissibilidade da Comissão Processante - que pode resultar na cassação do mandato do prefeito Barbosa Neto (PDT) - referente a denúncias de irregularidades no curso de formação da Guarda Municipal.

Barbosa conseguiu liminar impedindo a Câmara de votar o pedido com o quórum de maioria absoluta - 10 dos 19 vereadores. O argumento da defesa, acatado pelo juiz liminarmente e, agora, pelo promotor, é de que a LOM deve atender ao princípio da simetria com a Constituição Federal e a Estadual, que exigem quórum de dois terços para eventual processo por infração político-administrativa cometida pelo presidente ou governador.

No documento, o promotor cita cinco decisões do Tribunal

de Justiça do Paraná que consideraram inconstitucionais leis orgânicas dos municípios de Tamarana, Jataizinho, Curitiba, Guaíra e Ipiranga. "Como se vê, descabe à legislação municipal o estabelecimento de quórum menor para o recebimento de denúncia contra o prefeito municipal por infração político-administrativa", anotou Chagas.

Diante da liminar obtida pelo prefeito, a Câmara aprovou requerimento do vereador Joel Garcia (PTN) prevendo a suspensão da votação da abertura da CP até que houvesse uma decisão em primeira instância sobre o quórum necessário. Com o parecer do MP, o juiz deverá conceder sua sentença nos próximos dias.

A denúncia contra Barbosa, envolvendo irregularidade na Guarda, foi formulada por Garcia e objeto de uma Comissão Especial de Inquérito. O Ministério Público também moveu ação civil pública contra o prefeito, relatando responsabilidade direta dele, já que assinou o contrato com a empresa que deveria realizar o curso somente 50 dias após o início do treinamento.

# FOLHA DE LONDRINA

## *Juiz suspende multas contra estabelecimentos*

A 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina suspendeu as multas aplicadas em abril deste ano pelo Procon a 16 postos de combustível da cidade. Os estabelecimentos são acusados de praticar preços abusivos. Eles recorreram à Justiça e o juiz Marcos José Vieira concedeu liminar que os desobriga de recolherem aos cofres municipais valores que variam entre R\$ 4 mil e R\$ 14 mil.

O coordenador do Procon, Carlos Neves Junior, afirmou que a multa foi aplicada porque os postos subiram os preços das bombas assim que o distribuidor comunicou a eles um reajuste. "Os postos começaram a cobrar a mais antes mesmo de terem comprado os produtos com os valores novos", afirmou.

O juiz, no entanto, justificou a concessão de liminar, afirmando que a Agência Nacional de Petróleo (ANP) "há muito abandonou o regime de tabelamento de preços" da distribuição e revenda de combustíveis. Vieira lembrou dos princípios constitucionais da livre iniciativa e também da lei da oferta e da procura. "Desse modo, guardada as restrições de um juízo de cognição sumária, parece ilegítimo o ato ora impugnado que, sem um critério objetivo definindo legalmente, buscou limitar o preço de revenda praticado pelos autores."

## 02 SET 2011

O advogado dos empresários, Francisco Augusto Zardo Guedes, comentou que o Procon só considerou a comparação do preço da bomba com o do distribuidor para concluir que houve abusividade de preços. "Mas a composição da tarifa final da bomba tem uma série de componentes que inclui os custos dos postos com impostos, funcionários, água, luz e o próprio lucro que é direito do empresário", afirmou. Com a liminar, segundo Guedes, a Prefeitura fica proibida de incluir os valores das multas na dívida ativa até que a "discussão se encerre na Justiça".

O coordenador do Procon afirmou ontem que não havia sido notificado da decisão e que, se for o caso, caberá à Procuradoria do Município tentar derrubar a liminar na Justiça. (V.L./N.B.)



# FOLHA DE LONDRINA

INFORME

02 SET 2011

## Capina

A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público defendeu a concessão de liminar ao Observatório de Gestão Pública (OGPL) em ação civil pública na qual pede a suspensão da licitação da capina, roçagem, raspagem, coleta de entulho, limpeza de lagos e educação ambiental, com valor de R\$ 66 milhões.

## Fazenda Pública

A ação tramita na 1ª Vara da Fazenda Pública e, antes de analisar o pedido de liminar, o juiz consultou o Ministério Público. No parecer de 25 páginas os promotores Renato de Lima Castro, Leila Voltarelli e Máisa Aparecida de Araújo defendem a argumentação do OGPL de que o edital apresenta ilegalidades, como prazo máximo do contrato de 5 anos, preço maior do que o atual contrato emergencial em execução e aglutinação de serviços.

■ “Os fatores invocados (pela CMTU) buscam aproveitar a empresa, mas não demonstram a redução de custos para a Administração Pública”, escreveram os promotores.

02 SET 2011  
FOLHA DE LONDRINA

INFORMATIZAÇÃO  
B.O. on-line estreia  
com 120 registros  
B.O. on-line estreia  
com 120 registros

**Luciana Cristo**  
*Equipe da Folha*

**Curitiba** - A perda de documentos, aparelhos eletrônicos e dinheiro agora pode ser registrada por um boletim de ocorrência feito pela internet. O serviço começou a funcionar ontem no Paraná, um dos únicos Estados brasileiros que ainda não contava com esse tipo de sistema informatizado, junto com Piauí, Minas Gerais, Roraima e Rio Grande do Norte. Pelo sistema da Delegacia Eletrônica ([www.delegaciaeletronica.pr.gov.br](http://www.delegaciaeletronica.pr.gov.br)) também é possível fazer denúncias de crimes.

No primeiro dia de funcionamento, foram registrados 160 boletins de ocorrência, das 8h30 até as 18h de ontem. "Das 260 mil ocorrências registradas nas delegacias paranaenses no primeiro semestre, 30% são relacionadas aos serviços ofertados pelo novo sistema. Estimamos que mais de 160 mil pes-

soas por ano não precisarão mais se deslocar até uma delegacia para fazer a queixa", disse o governador em exercício, Flávio Arns (PSDB). A intenção é liberar parte dos policiais que trabalham nas funções administrativas para atuar nas ruas.

Os registros on-line são analisados por policiais, que os direcionam às delegacias responsáveis para dar início às investigações. "Estamos interligados a outras bases de dados, como a do Instituto de Identificação e a do Detran, o que permite conferência imediata das informações", explica o delegado Eduardo Castella, responsável pela Delegacia Eletrônica. A ideia é aumentar as opções de crimes que podem ser registrados. A facilidade vem acompanhada da preocupação com trotes. O site deixa um recado aos internautas: "A comunicação falsa de crime ou contravenção tem pena prevista no artigo 340 do Código Penal Brasileiro".

02 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

# Conselho de Ética indica afastamento de Derosso

**Luciana Cristo**  
*Equipe da Folha*

**Curitiba** - O relatório do Conselho de Ética da Câmara Municipal de Curitiba apontou para o afastamento temporário do presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), pelo período de 90 dias. Derosso é acusado de beneficiar a esposa, Claudia Queiroz Guedes, em licitação para contratar empresas de publicidade para a Câmara, pelo período de cinco anos.

A votação para o afastamento de Derosso, que deveria ter ocorrido na sequência da leitura do relatório - de autoria do vereador Jorge Yamawaki (PSDB) - foi adiada para a próxima segunda-feira, após pedido de vistas da matéria, feito pelos vereadores Pastor Valdemir Soares (PRB) e Noêmia Rocha (PMDB). Entre as sanções previstas no regimento interno, o afastamento temporário é uma das mais graves, atrás apenas da cassação do mandato do parlamentar. "Não tenho prova cabal e concreta para a cassação", respondeu Yamawaki.

Na avaliação do relator, a responsabilidade maior das irregularidades não é de Derosso, mas de Claudia, que na época da assinatura do primeiro contrato de publicidade firmado entre a empresa que administra e a Câmara, era funcionária do Legislativo municipal. "Fizemos oitivas com o pessoal de re-

ursos humanos e de administração da Câmara e eles admitiram falha por parte deles, mas quando a pessoa assina o documento que está hábil para participar do processo, pressupõe-se que todos são honestos. Foi um pouco de falta de atenção", caracterizou ele.

Yamawaki, no entanto, admitiu que durante a elaboração do seu relatório, não houve análise detalhada de todas as notas fiscais de trabalho prestado pelas empresas de publicidade, para se averiguar como foi usado o dinheiro público destinado para o serviço.

"Detalhadamente, conforme relatei, nos dias que eu tinha para concluir, não deu tempo de analisar todas as notas. Não foi falta de vontade", argumentou.

Para ele, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para tratar do assunto vai poder se debruçar sobre todos os documentos e, se for o caso, indicar a cassação de Derosso. "Agora a CPI vai entrar em ação e vai poder pormenorizar. Claro que a obrigação de responder por um erro no final ele (Derosso) tem, mas no ato da assinatura, ele não vai ver papel por papel de cada contrato que assina", afirmou o relator.

A bancada de oposição deve apresentar na próxima reunião do Conselho de Ética um relatório paralelo, sugerindo a cassação do mandato de Derosso, adianta o vereador Pedro Paulo (PT).

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

### *Mulher de presidente da Câmara depõe no MP*

Curitiba - Na última quarta-feira, Cláudia Queiroz Guedes, esposa de João Cláudio Derosso (PSDB), prestou depoimento na Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público. A audiência ocorreu cinco dias depois que o Ministério Público do Paraná (MP-PR) ouviu Derosso sobre os contratos de publicidade da Câmara. Além do MP-PR e do Conselho de Ética, Derosso é investigado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), que está analisando a documentação referente aos contratos, e pela CPI na Câmara, que ainda não iniciou os trabalhos. Desde julho, outras denúncias apareceram contra o presidente da Câmara de Curitiba. Ele também é acusado de nepotismo, por ter contratado uma cunhada em cargo de comissão na Câmara, e por fazer anúncios da Casa em jornais supostamente fantasmas.

Em relação aos serviços de publicidade, são investigados os contratos com as empresas Oficina da Notícia, de propriedade de Cláudia, e Visão Publicidade, que juntas teriam recebido mais de R\$ 30 milhões em cinco anos. O anúncio da abertura de licitação foi publicado apenas no jornal Diário Popular e as duas empresas foram as únicas inscritas no processo. (LC)

**02 SET 2011**

# 02 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### CLÁUDIO HUMBERTO

#### **Birra jurídica segura posse de senadores eleitos**

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e João Capiberibe (PSB-AP) fazem uma via crucis para assumir seus mandatos no Senado. Eles foram os mais votados em 2010, em seus Estados, mas não puderam assumir porque haviam sido enquadrados na Lei da Ficha Limpa. Com a derrubada da lei, ganharam o direito à posse nos lugares de Wilson Santiago (PMDB-PB) e Gilvam Borges (PMDB-AP), respectivamente.

#### **'Embromation'**

As sentenças em favor de Cássio e Capiberibe, no Supremo Tribunal Federal, estão suspensas pela indústria das manobras protelatórias.

#### **Data venia**

As decisões autorizando as posses saíram no Diário da Justiça em 5 de maio (Cássio) e 17 de agosto (Capiberibe). Mas não têm eficácia.

#### **Ponte aérea**

Cássio visitou ministros do STF para acompanhar sua situação. No Senado, Wilson Santiago nem se preocupa em limpar as gavetas.

#### **Celeridade**

Por coincidência, o ministro Luiz Fux, que idealizou o novo Código de Processo Civil, defende um basta na farras dos recursos protelatórios.



02 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

### VISITA AOS NETOS

*Meu filho se separou da minha nora, e já faz algum tempo que não vejo meus netos. O que devo fazer?*

*Tenho direito de visitá-los?*

A presidente Dilma Rousseff sancionou no dia 28 de março de 2011 a Lei 12.398, que garante aos avós o direito de visita aos netos em caso de pais divorciados. A determinação foi publicada no dia 29 de março no Diário Oficial da União e já está em plena vigência, ou seja, já está valendo. Desta forma, o direito de visitas aos netos, que já era concedido pelos Tribunais e bem-aceito pelos doutrinadores em geral, finalmente e com muito acerto passa a ter disposição legal direta.

Na prática, qualquer um dos avós poderá exercer o direito de ver os netos, desde que respeitados os interesses da criança ou do adolescente. Antes, esse direito não estava previsto em lei. A guarda e a educação dos filhos também pode, a critério do juiz, ser extensivo a cada um dos avós.

Tal medida não beneficia apenas os avós propriamente, penso que o maior benefício desta lei seja a garantia incontroversa dos direitos dos netos em usufruírem da companhia dos avós, uma vez que esta convivência não só fortalecerá os valores transmitidos àquele jovem, bem como permitirá que ele mantenha um canal aberto ao diálogo, tão necessário nos momentos de angústia e dúvida que eventualmente possam surgir com a separação dos genitores.

Ex-casais, genros e noras devem compreender de uma vez por todas que o fim do relacionamento conjugal não afasta o papel dos avós, que passam inclusive a servir como referência positiva, ilustrando a manutenção do vínculo familiar, mesmo nos momentos mais difíceis e conturbados de uma separação.

Vale lembrar ainda que ao interferirem ou impedirem de forma injustificada o contato dos avós com seus respectivos netos, os pais não só prejudicam a formação de seus filhos como também cometem abuso do poder familiar. Frise-se: é DIREITO das crianças e adolescentes serem assistidos pela família (CF, art. 227, caput), além de ser direito dos mais experientes serem amparados por essa mesma família (CF, art. 230, caput).

**Jislaine Andréa Albuquerque Abe**  
Advogada (Londrina)

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Escândalo

Relatório do Conselho de Ética sugere suspensão do presidente da Câmara por 90 dias por omitir relacionamento com jornalista

# Cheiro de pizza

O vereador Jorge Yamawaki (PSDB), relator do processo contra o presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB) no Conselho de Ética da

Casa, apresentou parecer sugerindo a suspensão de até 90 dias para parlamentar por causa das denúncias de irregularidades nos contratos de publicidade que teriam beneficiado a empresa de sua esposa, Cláudia Queiroz Guedes, Oficina de Notícias, com a sócia da empresa participando da licitação ainda estando no quadro de funcionários do Legislativo. Os vereadores Noêmia Rocha (PMDB) e Valdemir Soares (PRB) pediram vistas ao documento. A votação ficou marcada para a manhã de segunda-feira.

A punição a Derosso não será aplicada por ter contratado a empresa da funcionária da Casa, o que infringiria a Lei de Licitações, nem por assinar sucessivos aditivos com a empresa, mesmo depois de já ser casado com a jornalista, e nem por eventual mal uso dos recursos públicos. Yamawaki votou pela "perda temporária de mandato por até 90 dias" por Derosso ter omitido da comissão, em seu depoimento, o seu relacionamento com Cláudia Queiroz.

### Omissão

"Não foi possível comprovar com documentos a existência de relação matrimonial ou união instável. O presidente também não confirmou a relação em seu depoimento. Mas há fortes indícios e registros em veículos de comunicação e o próprio acusado deixou entender em seu depoimento", disse o relator. "Assim, o vereador teve conduta contrária à ética, ao omitir intencionalmente informação relevante. O que demanda medida disciplinar de perda temporária do exercício do mandato por, no máximo, 90 dias", concluiu.

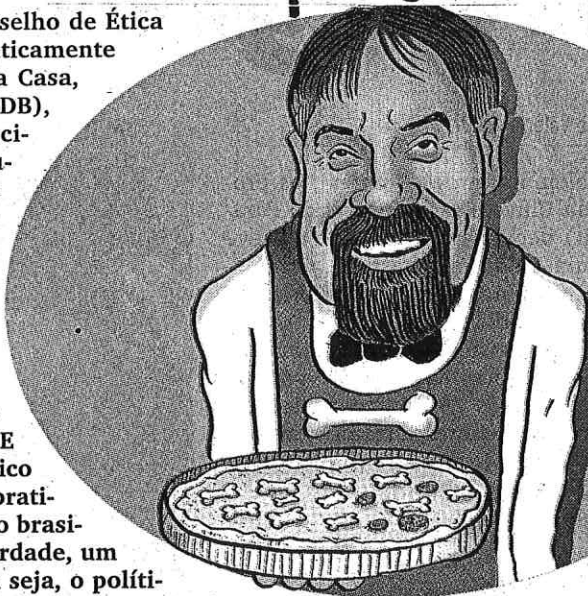
02 SET 2011

02 SET 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Eivado de suspeição

Não foi surpresa: o Conselho de Ética da Câmara de Curitiba praticamente inocentou o presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), das denúncias de favorecimento à empresa da mulher nos processos de licitação e contratação dos serviços de publicidade. O relator do caso, vereador Jorge Yamawaki (PSDB), em vez de opinar pela cassação do companheiro, contentou-se em pedir o afastamento de Derosso por 90 dias. E só. Trata-se do caso clássico de como funciona o corporativismo no Poder Legislativo brasileiro. O esquema é, em verdade, um sistema de autodefesa, ou seja, o político se imagina na posição do colega implicado e opta pela absolvição. A jurisprudência fica firmada: o representante do povo, mesmo se praticar malfeitos, asseguradamente tem a impunidade garantida. Funciona como a máxima do “parlamentares unidos jamais serão punidos”. No que toca ao “caso Derosso”, a evidência de cometimento de ilícito é tão grande que sequer seria necessária uma investigação mais aprofundada. Os fatos são contundentes: a Câmara assinou contrato com a esposa do presidente destinando ao negócio dezenas de milhões de reais para propaganda, que, aliás, ninguém nunca viu ser publicada em qualquer veículo de comunicação. Para gastar tal monta, precisaria investir na mídia nacional. O que resta ao povo é depositar as suas esperanças no Ministério Público, que deve, além de denunciar os acusados criminalmente, requerer a devolução das elevadíssimas importâncias cujo destino ainda ninguém descobriu.



02 SET 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

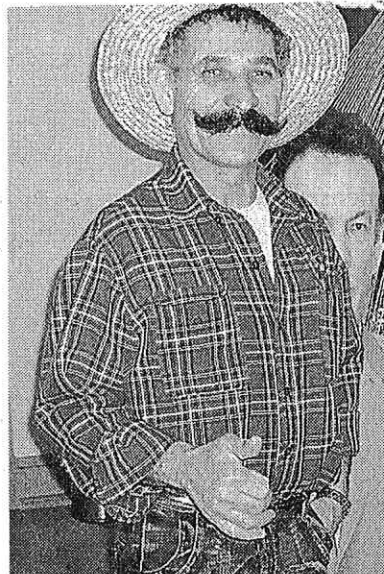
### Vereador de Colombo está livre

O vereador Joaquim Gonçalves de Oliveira (PTB), o Oliveira da Ambulância, de Colombo, está solto desde terça-feira. O parlamentar, preso pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), ficou detido por três dias no Centro de Triagem de Piraquara, acusado de se apropriar de parte dos salários de três de seus assessores.

Oliveira da Ambulância, que foi preso em flagrante, nega as acusações. "Eu não peguei dinheiro de assessor. Eu tenho o meu salário de R\$ 4.800,00. Quando a polícia veio aqui eu não tinha dinheiro nas mãos. Tinha dinheiro na gaveta, R\$ 5 mil para pagar o motor de minha ambulância", defendeu-se o vereador.

#### Cheques frios

O parlamentar disse saber quem o denunciou à polícia. "Eu sei quem denunciou, mas não vou falar quem é agora. Quem



**Oliveira: defesa.**

me denunciou tem cheques frios na praça e é acusado de estupro", contou. Oliveira da Ambulância já foi preso em 2007, acusado de espancar o enteado, mas foi solto por falta de provas. "Para ser político tem de ser macho, senão você fica com medo. Mas eu enfronto. Não tenho medo", disse.

02 SET 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ BO eletrônico já pode ser feito no Paraná

Marcelo Vellinho

Quem tiver perdido documentos, objetos ou dinheiro, no Paraná, já pode registrar o boletim de ocorrência pela internet. Desde ontem, funciona a Delegacia Eletrônica, que também pode ser usada para denúncias. O sistema ainda não permite comunicar crimes, que continuam a ser registrados nas delegacias. No primeiro dia de funcionamento, o site [www.delegaciaeletronica.pr.gov.br](http://www.delegaciaeletronica.pr.gov.br) fez 160 registros.

As informações são analisadas por policiais, que as direcionam às delegacias responsáveis pelas investigações. A relação de ocorrência que poderão ser registradas pela internet será ampliada gradualmente. Atual-

mente, a Delegacia Eletrônica recebe comunicados de extravios de documentos, aparelhos eletrônicos (como celulares e notebooks) e dinheiro, além de denúncias. Essas ocorrências representam 30% do que é registrado nas delegacias.

### Fluxo

O objetivo do serviço é diminuir o fluxo de pessoas em distritos policiais. “Estimamos que mais de 160 mil pessoas por ano não precisarão mais ir até uma delegacia para fazer a queixa”, disse Flávio Arns, governador em exercício. Para o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida Cesar, a iniciativa permite liberar policiais de funções administrativas para atuarem no combate à violência.

## Advogado briga e foge armado

Janaina Monteiro

Dezoito armas de diversos calibres e várias munições foram apreendidas por uma equipe da Rotam (Rondas Ostensivas Tático Móvel), do 12.º BPM, na tarde de ontem, num escritório de advocacia na Rua Júlio Perneta, Mercês. O advogado, de 51 anos, proprietário do arsenal, fugiu armado com uma pistola, depois de brigar com a ex-mulher, dona do imóvel.

O soldado Martyres explicou que a equipe foi chamada para ocorrência de violência doméstica. Quando chegou ao local, a mulher, que também é advogada, levou os policiais até a sala do ex-marido, que mora num cômodo anexo e trabalha no local. Para surpresa dos policiais, havia várias armas penduradas na parede. “Ele quebrou todo o escritório, mas não chegou a agredir a mulher, apenas ameaçou-a com uma pistola”, contou o soldado.

### Arsenal

Sete espingardas, uma de uso restrito e uma calibre 12; uma pistola calibre 380; cinco revólveres e cinco garruchas foram levadas ao 3.º Distrito Policial. “Um dos revólveres é bem antigo, de calibre 44, de uso restrito. Tem também uma garrucha, do século XIX. Se fosse armas de colecionador, não poderiam estar funcionando. Mas constatamos que apenas três delas não funcionavam”, disse o policial.



02 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### Ação contra prefeito de Campinas fica com TJ

O Tribunal de Justiça assumiu a condução de dois processos criminais que envolvem empresários, lobistas, servidores públicos e o prefeito de Campinas, Demétrio Vilagra (PT), em suposto esquema de corrupção, quadrilha e fraudes em licitações na gestão municipal. Ontem, o juiz Nelson Augusto Bernardes de Souza remeteu para o TJ os autos das duas ações – 500 volumes de documentos que tiveram que ser transportados em perua Kombi do Judiciário.

O deslocamento de competência se deu porque Vilagra detém foro privilegiado em matéria penal e não pode ser processado em primeiro grau. Apenas o TJ pode julgar prefeito no âmbito criminal. O petista chegou a ser preso no curso da investigação que aponta Rosely Nassim como mentora de desvio de recursos públicos. Ela é mulher de Dr. Hélio (PDT), prefeito cassado.

Todos os outros 21 denunciados pelo Ministério Público Estadual que teriam relações com fatos imputados a Vilagra também deverão ficar sob crivo do TJ. Mas a corte pode mandar retornar para a 3.<sup>a</sup> Vara de Campinas a parte relativa aos réus que não desfrutaram de foro especial. Neste caso, Vilagra responderá isoladamente a ação perante o TJ.

Para o prefeito, a migração do processo não faz diferença. Ele nega a prática de crimes e se diz confiante na Justiça. A Câmara

de Campinas recorreu ao TJ da decisão do juiz da 1.<sup>a</sup> Vara da Fazenda, Mauro Fukumoto, que manteve o petista no cargo e suspendeu a abertura de comissão processante para apurar supostas infrações político-administrativas a ele atribuídas.

Na primeira ação, que narra desvios de recursos públicos da ordem de R\$ 615 milhões, o principal acusado é o empresário José Carlos Cepera. Ontem, o TJ reduziu para R\$ 5,45 milhões o valor da fiança para que ele responda o processo em liberdade. Inicialmente, o juiz Bernardes havia fixado fiança de R\$ 10,9 milhões. “Importante notar que não apenas o TJ, mas o próprio Ministério Público reconheceu a exorbitância do valor, cortado pela metade, de modo a permitir seu pagamento”, declarou o criminalista Alberto Zacharias Toron, que defende Cepera.

02 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

# 'Rodeio de gordas' gera indenização

Envolvidos com uma página no Orkut incentivando o "rodeio de gordas" terão de doar 20 salários mínimos cada um. A medida foi estabelecida em termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado por dois dos três envolvidos e as Promotorias de Justiça de Direitos Humanos de Araraquara e Assis. O dinheiro vai para três instituições de prevenção e combate à dependência química e à violência de gênero.

A prática consistia em agarrar colegas obesas durante o Interunesp, evento esportivo da Unesp, realizado em Araraquara em 2010. Após o encerramento, foi criada em Assis a página na rede social que estabelecia regras para o "torneio". Investigações identificaram como responsável pela página Roberto Paulo de Freitas Negrini. Daniel Prado de Souza e Raphael Dib Tebechrami foram apontados como incentivadores. Roberto e Raphael assinaram o TAC. Daniel será alvo de ação civil pública.

### JUSTIÇA

#### Gil Rugai vai a júri em dezembro por 2 mortes

O estudante e ex-seminarista Gil Rugai será levado a julgamento em 12 de dezembro, segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo. Rugai é acusado de matar o pai, Luiz Carlos Rugai, e a madrasta, Alessandra de Fátima Troitiño, em 2004, na casa deles, em Perdizes, zona oeste. Segundo o Ministério Público, o crime aconteceu após briga sobre a empresa da família.

# 02 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### Sindicato dos guardas-civis vai à Justiça contra improviso

O Sindicato dos Guardas-Civis Metropolitanos do Estado de São Paulo (Sindguardas-SP) entrou anteontem com ação judicial no Tribunal de Justiça de São Paulo contra o emprego de agentes na execução de tarefas de responsabilidade do Serviço Funerário Municipal. Desde o início da greve, na terça-feira, os guardas receberam determinação de ajudar na condução dos carros que transportam cadáveres.

Para o presidente da entidade, Carlos Augusto Sousa Silva, não cabe à Guarda Civil desempenhar esse papel. “Na terça-feira ouvimos os GCMs e eles estavam descontentes com a designação. Seguiram as ordens por temer punição. Entramos na Justiça para que eles recebam salvo-conduto e voltem à sua atividade original.”

Na tarde de ontem, uma dupla de GCMs que chegava com um carro no Serviço de Verificação de Óbitos, na zona oeste, mostrava descontentamento. “Recebemos uma ordem de serviço. Ou comparecemos, ou corremos o risco de perder o emprego. Está todo mundo descontente. Quem fala que está satisfeito é da chefia”, disse uma guarda.

A maior reclamação foi a necessidade de dirigir o dia todo, carregar caixões pesados e localizar endereços. “Trabalho na zona norte, mas tive de pegar corpos na zona leste. Podiam manter a gente ao menos na mesma região, porque assim o serviço demora.”

**De prontidão.** Ontem, a comandante-geral em exercício da GCM, Lindamir Magalhães Carneiro de Almeida, informou que 262 agentes foram direcionados para auxiliar no traslado de corpos e equipes de reserva estavam de prontidão para o caso de algum agente não conseguir, por motivos pessoais, cumprir a tarefa. A GCM informou que ainda não foi notificada sobre a decisão da Justiça e não está havendo punição para quem justifica que não pode trabalhar.

02 SET 2011

## JORNAL DO ESTADO

# Justiça concede liminar a vereadora

A juíza Luciane Pereira Ramos, da 2ª Vara da Fazenda, concedeu ontem liminar à vereadora Renata Bueno (PPS), para que o plenário da Câmara Municipal vote o pedido feito por ela para a instalação de uma Comissão Processante para investigar os atos do presidente da Casa, vereador João Cláudio Derosso (PSDB). O pedido havia sido rejeitado pela Mesa Executiva com o argumento de que não cabia a abertura da comissão, e que o caso já estava sob investigação do Conselho de Ética. Diante da decisão, a vereadora apelou à Justiça.

Derosso alegou que Renata

Bueno já havia apresentado recurso ao plenário contra a decisão da Mesa, mas o mesmo foi rejeitado. A juíza não acatou os argumentos do presidente da Câmara. "A Impetrante não omitiu que seu recurso administrativo foi rejeitado em plenário, pois relata tal fato em sua inicial e junta documento correspondente que confirma que a maioria dos Vereadores votaram contra o recurso. Destarte, não há que se falar em má-fé ou que este Juízo foi induzido em erro por errôneas assertivas", apontou na decisão.

Ela também entendeu que o ato não é uma questão inter-

na da Casa, mas uma obediência ao decreto 201/67 que impõe o procedimento para a cassação do presidente. Segundo Luciane, o decreto é constitucional e aplicável ao caso. Com isso, a Câmara terá de votar em plenário o pedido da vereadora. Caso ele seja aprovado, a Casa terá que instalar a comissão processante, formada por três vereadores, que teriam sete dias para apresentar um parecer para votação no plenário. Ao tomar conhecimento da decisão, Derosso requereu a reconsideração do despacho. No entanto, a juíza confirmou a decisão.

## Regimento provoca bate-boca

O vereador Valdemir Soares (PRB) deu hoje indicações de que pode contestar a legalidade do processo do Conselho de Ética da Câmara que investiga os contratos de publicidade na gestão do presidente da Casa, vereador João Cláudio Derosso (PSDB). Valdemir acusou o presidente do conselho, vereador Francisco Garcez (PSDB) de "atropelar" o regimento, ao insistir em colocar em votação o relatório do vereador Jorge

Yamawaki (PSDB), que recomendou a perda temporária de mandato de Derosso, mesmo com os pedidos de vistas apresentados por ele e a vereadora Noêmia Rocha (PMDB). Garcez tentou explicar que os pedidos de vistas só seriam apreciados depois que o processo de votação fosse aberto. Soares, porém, não aceitou o argumento, e retirou-se da sessão pouco antes do seu término, prometendo "tomar as medidas cabíveis",

que ele não quis detalhar.

Garcez rebateu afirmando ter seguido o regimento à risca. Segundo ele, nos casos em que o regimento é omissivo, ele tomou como base normas de outras casas legislativas, e do conselho de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil. O presidente do conselho de ética insinuou ainda que Valdemir Soares estariam tentando criar manobras para protelar a conclusão do processo.

**02 SET 2011**  
**JORNAL DO ESTADO**

## **Gilmar Mendes**

O Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes participa da IX COLAD (Convenção Latino-Americana de Direito) para ministrar a conferência "Jurisdição Constitucional no âmbito latino-americano", dia 28 de outubro. A presença do Ministro faz parte da programação do evento, que acontece de 27 a 29 de outubro, em Curitiba, sob o tema "Direito, Democracia, Judicialização das Políticas Públicas e Integração Latino-Americana".



# JORNAL DO ESTADO

## Boletins de ocorrência já são

# FEITOS 02 SET 2011

# PELA INTERNET

No primeiro dia de operações foram 160 registros.

Serviço também aceita denúncias

O governo do Estado oficializou, ontem, o início do funcionamento da Delegacia Eletrônica no Paraná. O serviço, que permite ao cidadão fazer boletins de ocorrência pela internet, foi apresentado no Palácio das Araucárias, em Curitiba, pelo governador em exercício Flávio Arns e pelo secretário de Estado da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida Cesar. No primeiro dia de operação foram realizados 160 registros, até as 18 horas.

Nesta primeira fase, a Delegacia Eletrônica recebe registros de extravio de documentos, aparelhos eletrônicos (como celulares e notebooks) e de dinheiro — que representam cerca de 30% das ocorrências registradas em delegacias. O cidadão também pode utilizar o serviço para apresentar denúncias. O endereço é [www.delegaciaeletronica.pr.gov.br](http://www.delegaciaeletronica.pr.gov.br). O acesso ao sistema também pode ser feito através de link no site do Governo do Estado ([www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)).

Para Arns, a Delegacia Eletrônica representa modernidade, segurança e agilidade nos serviços prestados pela Polícia Civil do Paraná. “Das

260 mil ocorrências registradas nas delegacias paranaenses no primeiro semestre deste ano, 30% são relacionadas aos serviços ofertados pelo novo sistema. Com isso, estimamos que mais de 160 mil pessoas por ano não precisarão mais se deslocar até uma delegacia para fazer a queixa”, disse.

A iniciativa é parte do Programa Paraná Seguro, lançado no dia 16 de agosto pelo governador Beto Richa, e que reúne diversas medidas para a melhoria da área da segurança pública no Estado. O secretário de Segurança disse que a partir da informatiza-

ção de todo o sistema de segurança do Estado poderá liberar mais policiais que trabalham em funções administrativas para atuar nas ruas, no combate à violência. “O investimento nessa área demorou a chegar aos paranaenses e reflete parte do dismantelo em que a Segurança Pública foi deixada. Com o Programa Paraná Seguro, vamos reverter este quadro, prestando serviço com melhor qualidade à população”, disse.

A relação de crimes que podem ser registrados pela internet será ampliada gradualmente. O serviço deve diminuir o fluxo de pessoas em delegacias, o que vai facilitar o tra-

balho dos policiais. Com a implantação do serviço no Paraná, apenas Piauí, Minas Gerais, Roraima e Rio Grande do Norte ainda não têm o boletim eletrônico em funcionamento.

## Como funciona

Os registros on-line são analisados por policiais, que os direcionam às delegacias responsáveis para dar início às investigações. “Estamos interligados a outras bases de dados, como a do Instituto de Identificação e a do Detran, o que permite conferência imediata das informações digitadas”, explica o delegado Eduardo Castella, responsável pela Delegacia Eletrônica.

## No link

No link “B.O. de Extravio”, a pessoa precisa preencher seus dados pessoais, informar qual é a ocorrência e esperar a confirmação dos dados, enviada por e-mail pelos policiais da Central de Atendimento, com o número do boletim. Todas as informações cadastradas no site são restritas à polícia. A vítima pode imprimir em casa o boletim pela opção “Impressão de Boletim de Ocorrência Online”, o que facilita o acompanhamento das investigações.

# 02 SET 2011

## Plantão JORNAL DO ESTADO

A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba volta a funcionar em regime de plantão neste sábado, das 9 às 18 horas, para atender aos eleitores que estão se cadastrando para o voto biométrico, que utiliza a identificação por impressões digitais. A maneira mais prática para o eleitor é agendar o atendimento através do site do TRE do Paraná ([www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br) - evitando filas!) No ato da revisão o eleitor poderá regularizar possíveis pendências, alterar local de votação e fazer retificações, bem como receberá um novo título de eleitor. No sábado passado, 6.967 eleitores foram atendidos.

### MÉDICOS

#### MPT dá parecer favorável a reajuste

A pedido da Justiça, o Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) deu parecer em uma ação civil pública proposta pelo Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná (Simepar) contra as operadoras de planos de saúde em relação ao reajuste dos honorários médicos. O procurador Humberto Luiz Mussi de Albuquerque protocolizou parecer favorável ao reajuste. De acordo com o parecer, o MPT-PR manifesta-se pela condenação das operadoras a reajustarem os honorários dos médicos credenciados como pessoa física nos percentuais de 5,5% em 2006; 3% em 2007; 4,4% em 2008; 5,9% em 2009; 4,3% em 2010; e, 5,9% em 2011.

# CNJ 01 SET 2011

## **Semana da Conciliação no TRT- PR tem mais de mil acordos realizados**

A Semana Regional de Conciliação, promovida pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR), na semana de 22 a 26 de agosto, resultou em 1.030 acordos. Foram realizadas, no período, 2001 audiências de 1º e 2º graus, o que corresponde a um êxito de 51%. Em cinco dias, foram realizados acordos que somaram R\$ 21.067.835,28.

Somente em Curitiba, nos Juízos Auxiliares de Conciliação de 1º e 2º Graus (JACs 1 e 2), foram realizadas 331 audiências, distribuídas nas seis salas da Avenida Vicente Machado, número 400, no prédio anexo ao Fórum do Trabalho. Também foram realizadas audiências na 7ª, 13ª, 15ª, 16ª e 21ª Varas de Curitiba. No JAC 1, o índice de conciliação foi de 70%, com 241 audiências encerradas e 170 acordos homologados. No Juízo de 2º Grau, JAC 2, foram realizadas 90 audiências, com 45 acordos homologados.

No interior do Paraná, ocorreram audiências nas Varas do Trabalho das cidades de Apucarana, Bandeirantes, Campo Mourão, Cianorte, Cambé, Ivaiporã, Nova Esperança, Telêmaco Borba, Pato Branco, Palmas, Pinhais, 1ª, 2ª e 3ª Varas de São José dos Pinhais, 3ª Vara de Foz do Iguaçu, 2ª Vara de Araucária, 1ª e 2ª Varas de Umuarama, 2ª Vara de Maringá, 2ª Vara de Londrina.

Na cidade de Nova Esperança, além das audiências de conciliação, o juiz Luiz Antonio Bernardo organizou um evento cultural que contou com a apresentação do Grupo “Gato de Beco” e com uma exposição de artes plásticas, fotografias e textos literários coordenada pela artista plástica Taís Farinassi.

Sucesso – Entre os acordos da Semana Regional de Conciliação está o maior acordo, em termos financeiros, já realizado pelos Juízos Auxiliares de Conciliação, em Curitiba: R\$ 2,6 milhões. Conduzido pelo juiz Sandro Augusto de Souza, o acordo foi resultante de dois processos que tramitavam no TRT-PR e no Tribunal Superior do Trabalho (TST), ambos movidos por um trabalhador contra uma instituição bancária. O processo se originou devido a uma doença laboral adquirida pelo empregado em seu período de trabalho, na área de sistema de informação. “O valor é o mais alto já conciliado em toda a história dos Juízos Auxiliares e esse é o nosso objetivo: efetivar um acordo e satisfazer as duas partes da melhor maneira”, ressaltou o juiz Sandro de Souza.

O juiz também participou de um acordo pouco comum no Judiciário Trabalhista, envolvendo uma relação de trabalho entre dois irmãos. “A situação foi surpreendente e comoveu a todos. A própria advogada da parte resolveu diminuir os valores dos honorários. Era um acordo que envolvia dois irmãos, algo além da Justiça. Era uma família em jogo. Um abriu mão dos valores e o outro se propôs a pagar os honorários advocatícios do autor”, comentou o magistrado. “Nós temos uma relação amigável e esse problema ficou todo no passado”, disse o irmão que teve a dívida perdoada.

# CNJ

## Ministério Público da Bahia oficializa apoio ao Programa Justiça Plena

01 SET 2011

A Corregedora-Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, assina nesta quinta-feira (01/09), em Salvador, um termo de cooperação técnica com o Ministério Público da Bahia para oficializar a participação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Programa Justiça Plena, da corregedoria.

O programa foi lançado pela Corregedoria Nacional de Justiça em 23 de novembro de 2010, com a finalidade de monitorar o andamento de processos de grande repercussão social que estão paralisados há bastante tempo no Judiciário Brasileiro. Atualmente, estão em acompanhamento 65 casos, sendo que três já foram finalizados na Justiça após a inclusão no programa.

**Acompanhamento** - O acordo a ser firmado nesta quinta-feira determina que o Ministério Público baiano indique ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) processos no Estado da Bahia que sejam passíveis de acompanhamento pelo Programa Justiça Plena. Os processos incluídos no Justiça Plena podem ser consultados no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no link <http://www.cnj.jus.br/corregedoria/saprs/>

A iniciativa conta com a parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério da Justiça, Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Ordem dos Advogados do Brasil, das associações de magistrados, entre outros. Esses órgãos estão indicando à Corregedoria Nacional processos de grande repercussão social, que enfrentam problemas na tramitação.

Entre os casos que poderão ser acompanhados estão homicídios que levaram o Brasil a ser denunciado na Corte Interamericana de Direitos Humanos, ações de improbidade administrativa, falta de medicamentos em hospitais, desapropriação de terras, entre outros.

# CNJ

## TJMT implanta programa Justiça Plena no Estado

# 01 SET 2011

O Programa Justiça Plena, da Corregedoria Nacional de Justiça, acaba de ser implantado, em âmbito estadual, pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). A ministra Eliana Calmon, Corregedora Nacional de Justiça, assinou nesta quarta-feira (31/08) um termo de cooperação com o desembargador Márcio Vidal, corregedor do TJMT, de adesão ao programa, que tem a finalidade de monitorar o andamento de processos de grande repercussão social que estão paralisados há bastante tempo no Judiciário Brasileiro. Com a assinatura do termo de cooperação, o TJMT se compromete a acompanhar os casos de grande repercussão do Estado.

De acordo com o corregedor Márcio Vidal, foram selecionados cerca de 100 processos dentre os quase 1 milhão que tramitam no TJMT. Em breve, o tribunal deve informar ao CNJ quais processos foram incluídos no Justiça Plena do Mato Grosso, para acompanhamento da corregedoria estadual em apoio aos juízes. O Programa também já foi implantado, por iniciativa dos Tribunais de Justiça (TJs), nos Estados de Goiás e Pará. Na opinião da ministra Eliana Calmon, a parceria com a corregedoria do TJMT é muito importante e espera-se que o exemplo seja seguido por outros Estados. “A partir do momento em que o TJMT adere ao projeto da corregedoria temos segurança que os processos vão correr na Justiça”, diz a ministra Eliana Calmon.

**Justiça Plena** – O Programa Justiça Plena consiste no apoio administrativo na gestão desses processos, e serão acompanhados 200 casos; 100 no primeiro ano e a outra metade no segundo ano. Atualmente, estão em acompanhamento 65 casos, sendo que três já foram finalizados na Justiça após a inclusão no programa. Os processos podem ser consultados no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no link abaixo: <http://www.cnj.jus.br/corregedoria/saprs/>

A iniciativa conta com a parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério da Justiça, Ministério Público, da Defensoria Pública, da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Ordem dos Advogados do Brasil, das associações de magistrados, entre outros. Esses órgãos estão indicando à Corregedoria Nacional processos de grande repercussão social, que enfrentam problemas na tramitação. Entre os casos que poderão ser acompanhados estão homicídios que levaram o Brasil a ser denunciado na Corte Interamericana de Direitos Humanos, ações de improbidade administrativa, falta de medicamentos em hospitais, desapropriação de terras, entre outros.

**Alguns Casos** - Dos casos que serão monitorados um dos destaques é o assassinato do sindicalista José Dutra, conhecido como Dezinho, em novembro de 2000, no município de Rondon do Pará (PA), decorrente de conflitos agrários na região. O caso é acompanhado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Outro processo que resultou em denúncia contra o Brasil no órgão internacional e que também será acompanhado pela Corregedoria Nacional é o do paciente psiquiátrico Damião Ximenes Lopes, morto na Casa de Repouso Guararapes de Sobral (CE), em 1999, após diversos episódios de tortura.

Também está entre os destaques, processo envolvendo o assassinato da deputada federal de Alagoas, Ceci Cunha, que tramita há doze anos no Judiciário, ainda sem solução. No crime, que ficou conhecido como “chacina da gruta”, a deputada foi brutalmente assassinada por pistoleiros na casa de sua irmã, por motivações políticas.



# CONJUR 01 SET 2011

## Macabu e Giustina deverão permanecer no STJ

O Superior Tribunal de Justiça prorrogou a convocação do desembargador do Tribunal do Rio de Janeiro, Adílson Vieira Macabu, e do desembargador do Tribunal do Rio Grande do Sul, Vasco Della Giustina. Macabu deverá permanecer na 3ª Seção e na 6ª Turma, já Giustina na 3ª Seção e na 5ª Turma de 5 de setembro até o preenchimento da vaga decorrente da aposentadoria dos Ministros Adilson Guimarães Passarinho Júnior e Hamilton Carvalhido.

O ministro Macabu está no STJ desde março de 2010, quando substituiu o desembargador convocado do Tribunal de Justiça do Amapá, Honildo de Mello Castro, que se aposentou em 30 de novembro de 2010. Macabu é formado em Direito pela PUC do Rio. Único desembargador oriundo da advocacia e que atua em Câmara Criminal no Tribunal de Justiça do Rio, Macabu nasceu no Rio de Janeiro. Ele também se formou em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes e é doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi defensor público e estudou na Academia de Direito Internacional de Haia.

Já Vasco Della Giustina foi convocado no início de 2009, para atuar na seção de Direito Privado do STJ, por decisão da sua Corte Especial. Natural de Caxias do Sul, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC/RS, em 1964. Nomeado Promotor de Justiça em maio de 1966, foi promovido a Procurador de Justiça em 1983. Em maio de 1991, foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada, representando a classe do Ministério Público. Foi promovido a Desembargador do TJ em julho de 1996 e já atuou nas 4ª, 7ª e 8ª Câmaras Cíveis. Foi 3º Vice-Presidente do TJ/RS entre 2006/2008. *Com informações da Assessoria de Imprensa do ministro Adilson Vieira Macabu.*

# CONJUR

## STF nega dupla pensão para viúva e seus dependentes

01 SET 2011

A viúva e dependentes de um servidor público que morreu não deve receber duas pensões relativas aos dois cargos públicos por ele ocupados. O Plenário do Supremo Tribunal Federal negou provimento ao Recurso Extraordinário interposto pela família.

De acordo com os autos, o fiscal de contribuições previdenciárias aposentou-se dessa função e, por concurso, reingressou no serviço público como fiscal do trabalho, em 1996. Morreu em 2001. Sua mulher e dependentes pleitearam pensão referente aos dois cargos, mas aquela relativa ao segundo foi-lhes negada pela União.

Diante disso, ingressaram na Justiça. A primeira instância indeferiu o pedido. Em seguida, tiveram negada apelação pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Por isso, o caso foi parar no STF.

O recurso voltou à pauta do Supremo, na tarde de quarta-feira (31/8), com o voto vista do ministro Ayres Britto. No início do julgamento, em outubro de 2009, votaram contra a pretensão dos autores o relator do RE, ministro Ricardo Lewandowski, e a ministra Cármen Lúcia.

Em seu voto, o ministro Ricardo Lewandowski ressaltou que a Constituição Federal veda a percepção simultânea das duas pensões. Ele observou, ademais, que o servidor que morreu não se enquadrava na categoria dos servidores que poderiam acumular dois proventos de aposentadoria ou pensões e vencimentos.

O ministro Eros Grau (atualmente aposentado) pediu vista dos autos na ocasião. Ele se manifestou também pelo desprovimento do recurso, em maio de 2010, quando então o ministro Ayres Britto pediu vista dos autos.

### O voto-vista

O ministro Ayres Britto seguiu o voto do relator, ministro Lewandowski. Como o servidor não poderia cumular proventos se estivesse vivo e em situação de inatividade remunerada, e como a pensão por morte está ligada aos proventos que o instituidor faria jus na data da morte, explicou o ministro, a conclusão a que se chega é que os dependentes não poderiam acumular as pensões discutidas nesse RE.

Se não é possível a acumulação dos proventos, não seria lícita a duplicidade de pensões, resumiu o ministro Ayres Britto. Acompanharam esse entendimento os ministros Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e Cezar Peluso. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Supremo.*

**RE 584.388**